



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE  
CAMPUS IRATI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM  
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Larissa Buhner Danguy Karam

**Segurança Alimentar e Nutricional e alimentação indígena:** uma leitura de  
políticas públicas à luz do desenvolvimento comunitário

Irati

2019

Larissa Buhrer Danguy Karam

**Segurança Alimentar e Nutricional e alimentação indígena: uma leitura de políticas públicas à luz do desenvolvimento comunitário**

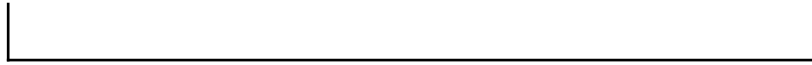
Dissertação submetida ao Programa de de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Comunitário  
Orientador: Prof. Dr. Jo Klanovicz

Irati  
2019

Ficha de identificação da obra

A ficha de identificação é elaborada pelo próprio autor.

Orientações em:



Termo de defesa.

Aos meus amados tios Roberto e Ricardo que desde muito cedo despertaram em mim a busca pela realização dos meus sonhos, pelo conhecimento e, sobretudo, me ensinaram valores que carrego por toda vida. São grandes amores e grandes exemplos.

## AGRADECIMENTOS

A **Deus**, por ser o autor de toda minha história. Por me permitir, apesar da minha pequenez, chegar e conquistar grandes coisas. Por Seu imensurável amor e compaixão. Por Seu zelo e cuidado em todos os dias e caminhos que percorro. Tudo é por Ele e pra Ele.

A **Mãezinha** que, todos os dias, me guia pelas mãos e mostra o caminho. Por passar à frente dessa pesquisa e das minhas escolhas. Por toda intercessão e inspiração que exerce sobre mim. Pelo cheiro de rosas que exala na minha vida.

Aos meus pais, **Silvana** e **Arion**, que sentiram na pele todas as renúncias e dificuldades para que eu estivesse aqui hoje. Pra vocês, todo o Amor e Gratidão que merecem.

A minha família que sempre foi o alicerce de todas as minhas escolhas, meus amados **avós, irmãos** (que são sustento na minha vida), **cunhados, tios e primos**. Cada um contribuiu em algum momento para o alcance de mais essa conquista.

Ao professor e orientador **Jó Klanovicz**, pela leveza com que conduziu a realização desse trabalho, tornando possível a concretização de mais essa etapa tão sonhada, e ainda pela confiança depositada durante esse tempo. A **Maíra Kaminski**, que caiu do céu para trazer calma em meio a tempestade, muito obrigada.

Ao **SESC Pr** que me proporciona a experiência diária de trabalhar e conhecer a realidade vivenciada por tantas pessoas em situação de vulnerabilidade social e alimentar. Muita gratidão por tornar possível a realização dos meus sonhos profissionais e pessoais. Meus agradecimentos estendem-se à Direção Regional e Gerência de Saúde que confiaram o nome desta Instituição, que muito prezo, nesta pesquisa. A Equipe e Gerência do SESC Guarapuava, por dividirem o barco comigo e remarmos sempre na mesma direção, comemorando e sofrendo juntos. E finalmente, ao Programa Mesa Brasil, por fazer os meus olhos brilharem, onde com muito orgulho, faço parte de uma equipe extraordinária, que trabalha incansavelmente levando alimentos a quem não tem. Carla, Luciana, Igo, Lucas, Carlito e Fernanda, essa pesquisa também é de vocês.

Não posso deixar de mencionar a **Comunidade Indígena Guarani** da TI Marrecas que, por todos esses anos, foi muito receptiva, permitindo-me conhecer de seus hábitos e costumes, abrindo as portas das suas casas e me oferecendo um “reviro”.



Por último, porém fundamental, meu agradecimento especial àqueles que me fazem seguir sempre em frente e melhor, **Junior** e **Davi**. Por nós e por nossa família é que todas as batalhas são travadas e vencidas.

“Mas não é agindo apenas sobre o corpo dos indivíduos, degradando-lhes o tamanho, mirrando-lhes as carnes, roendo-lhes as vísceras e abrindo-lhes chagas e buracos na pele, que a fome aniquila o homem. É também atuando sobre seu espírito, sobre sua estrutura mental, sobre sua conduta social”.

(Josué de Castro)

## RESUMO

Esta dissertação discute as políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e sua efetividade no âmbito de grupos específicos tradicionais, aplicadas a uma comunidade indígena no interior do Paraná. A pesquisa tem caráter interdisciplinar e está inserida no campo dos estudos de desenvolvimento comunitário, considerando o conhecimento da Nutrição em seu contato com outras áreas como a Antropologia e sua participação na criação, promoção e acompanhamento de políticas públicas de nutrição e alimentação. Este estudo considerou documentos oficiais elaborados sobre a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e outros documentos específicos criados e disponibilizados como instrumentais do Programa Mesa Brasil do Serviço Social do Comércio, no qual a Comunidade Indígena é cadastrada. O PMB atua como coadjuvante na construção de ações que promovam SAN para todo e qualquer indivíduo, especialmente nos grupos considerados prioritários, porque sabe-se das dificuldades de acesso e especificidades culturais de alimentação de cada comunidade/grupo. Observou-se, nesse sentido, que os *Guarani* lutam ainda pela garantia dos seus direitos sociais, e que sobrevivem à mercê de programas e ações emergenciais ou assistencialistas, fazendo-se necessário revisão e redirecionamento das ações governamentais propostas atualmente na busca pela soberania alimentar de toda a população.

**Palavras-chave:** Segurança Alimentar e Nutricional. Desenvolvimento Comunitário. Comunidades indígenas. Sul do Brasil.

## ABSTRACT

This thesis discusses public policies of Food and Nutritional Health (Brazilian Portuguese acronym: SAN) and their effectiveness applied when to an indigenous community in Southern Brazil. The research has an interdisciplinary character and is inserted in the field of community development studies, considering the knowledge of Nutrition in its contact with other areas such as Anthropology and its participation in the creation, promotion and monitoring of public policies on nutrition and food. The research presented here considered official documents prepared on food and nutrition health policies applied to an indigenous community in the interior of the state of Paraná, and made available under the Mesa Brasil program of the Social Service of Commerce. In Paraná, food and nutrition policy is in charge of Social Service of the Commerce (Brazilian acronym: SESC) and it presents some peculiarities, especially since it is known the cultural specificities of food of each community. In this sense, it was observed that the Guarani indigenous community in Guarapuava region (Brazilian State of Parana) develop a specific relationship with food under the program.

**Keywords:** Food and Nutritional Health. Community Development. Indigenous Communities. Southern Brazil.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – TIs no Paraná

56

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Repasse de alimentos por programas sociais (quilogramas)

48

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CAISAN Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional  
CONSEA Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
DHAA Direito Humano à Alimentação Adequada  
FAO Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura  
FNDE Fundo nacional de Desenvolvimento da Educação  
FUNAI Fundação Nacional do Índio  
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
LOSAN Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional  
MDS Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário  
MEC Ministério da Educação  
MESA Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome  
MTE Ministério de Trabalho e Emprego  
OMS Organização Mundial de Saúde  
ONU Organização das Nações Unidas  
PAA Programa de Aquisição de Alimentos  
PBF Programa Bolsa Família  
PEATER Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural  
PESA Programa Especial de Segurança Alimentar  
PMB Programa Mesa Brasil  
PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar  
SAN Segurança Alimentar e Nutricional  
SESC Serviço Social do Comércio  
TCR Transferência Condicionada de Renda  
TCU Tribunal de Contas da União  
TI Terra Indígena

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	23
2.1	CONDIÇÕES GERAIS DE SAN	27
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS À SAN	30
2.3	A importância da interdisciplinaridade para a SAN	33
2.3.1	Conceito de Interdisciplinaridade	33
2.3.2	Atuação e promoção da interdisciplinaridade no âmbito da SAN	34
2.3.3	Pesquisas interdisciplinares ligadas à SAN	35
3	PROGRAMAS E AÇÕES DE SAN	37
3.1	PROGRAMAS E AÇÕES	37
3.1.1	Programas de transferência de renda	37
3.1.2	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	38
3.1.3	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	41
3.1.4	Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos - ADA	44
3.1.5	Outros Programas	45
4	REFLEXÕES SOBRE O DIREITO INDÍGENA À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA, EM RELAÇÃO À SAN	49
4.1	Aldeia Guarani no município de Turvo/PR	52
4.2	O ALIMENTO GUARANI	58
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
	REFERÊNCIAS	71
	ANEXO A – Controle quantitativo de pessoas atendidas por família (Sesc)	87
	ANEXO B – Formulário de monitoramento de instituições sociais	88
	ANEXO C – Comunidade indígena Guarani (Sesc)	89



## 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação discute a efetividade, impactos e experiências de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na comunidade indígena Guarani da Terra Indígena (TI) Marrecas, no município de Turvo/Paraná. A SAN é um dos elementos cruciais para a sustentabilidade sociobiocultural em nível global (BOOKER, 2015), e o percurso do Brasil como país que tem incorporado a SAN em políticas públicas ligadas à produção, reprodução, armazenamento, distribuição e consumo de alimentos, será considerada na construção deste texto.

A investigação, nesse sentido, também pretende observar diagnósticos sobre as condições e práticas alimentares como consequência das ações propostas pela legislação brasileira e impactos de políticas de modernização de hábitos alimentares que tem sido aplicados. Infere-se, indistintamente para todo o território nacional, sem considerar especificidades culturais, socioeconômicas de cada grupo ou comunidade.

A TI Marrecas e a comunidade Guarani, foco de estudo nesta pesquisa, representam espaços nos quais o Programa Mesa Brasil (PMB), do Serviço Social do Comércio (SESC), tem atuado no sentido de implementar políticas de SAN.

O SESC, sediado em Guarapuava, Paraná, tem sido coadjuvante na implementação de ações de SAN para o público em maior vulnerabilidade social e alimentar, especialmente nos territórios indígenas na região Centro-Oeste do Paraná, no âmbito da legislação nacional estabelecida sobre o tema e, especialmente, a partir da Autorização 3683/2018, da própria entidade.

A pesquisadora, como nutricionista do PMB SESC Guarapuava, tem sido privilegiada no sentido de acessar as experiências historicamente constituídas dessa implementação na comunidade Guarani e, nesse

sentido, esta dissertação está constituída a partir de documentos oficiais da SAN indígena no âmbito do SESC, bem como da leitura indireta da própria prática de trabalho na TI Marrecas.

Entre os documentos utilizados para a pesquisa, estão aqueles ligados à organização do PMB, mas também o que denominamos no SESC de “pareceres sociais”, “cadastros familiares” e outras produções que são de ordem político-administrativas do programa, mas que não estão necessariamente restritos à atividades internas da entidade.

A ideia de discutir SAN indígena na TI Marrecas, especialmente com a comunidade Guarani,

deve-se à experiência particular da nutricionista do SESC-Guarapuava e responsável pelo PMB.

A pesquisa, nesse sentido, considera a vivência da pesquisadora como profissional responsável pelo desenvolvimento local do Programa, como uma autoetnografia ou etnografia de si (COLLINS e GALLINAT, 2010).

A perspectiva da autoetnografia, ou da etnografia de si, consiste em que podemos entender melhor nosso próprio objeto de pesquisa a partir do entendimento dos outros. A pessoa que pesquisa, nesse sentido, continua não visualizada no processo de descrição de fenômenos, mas a ideia é que ela (quem pesquisa) tem acesso direto, imediato às vidas de outros antes do processo de construção da pesquisa propriamente dita. Nesse sentido, escrever sobre o outro considerando plenamente as experiências de si, permite discutir, observar e escrever cultura a partir de um enfoque interdisciplinar, considerando a crítica e textualidade (COLLINS e GALLINAT, 2010, p. 3).

A discussão da SAN e seus impactos e contatos com populações indígenas tem sido reforçada nas últimas décadas. O caminho de deslocamento significativo vai da ideia global de fome desenvolvida ao longo do século XX, para outro de novas emergências e importâncias dadas a produção local, estratégias de nutrição, armazenagem e consumo

de alimentos aliados à preservação de agrobiodiversidade (MALETTA, 2007). Populações indígenas, nesse sentido, tem sido alvo e, ao mesmo tempo, fonte de alternativas para o futuro da alimentação global, na medida em que apresentam estratégias de preservação de cultivares que a modernização da agricultura quase extinguiu. Ao mesmo tempo em que apresentam-se como um dos principais grupos diretamente atingidos pela monoculturalização da agricultura, o que representa diminuição de oferta de alimentos com consequências para a segurança alimentar e nutricional (MALETTA, 2007).

Aqui, mais do que discutir alternativas apresentadas pelos Guarani em Turvo/PR, em termos de alternativas alimentares, a ideia é construir uma leitura sobre a efetivação das políticas da SAN para esse grupo.

A SAN tem sido pensada internacionalmente como direito universal a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente. Em certa medida, essa valoração sobre o que é acessibilidade, o que significa um alimento saudável e em quantidade, bem como a ideia de permanência são totalmente subjetivos e variam de acordo com sociedades, locais e temporalidades. Contudo, o que se estabelece como padrão universal do ponto de vista contemporâneo são práticas alimentares promotoras de saúde, que não comprometam o acesso a outras necessidades essenciais, nem o sistema alimentar futuro (CONSEA, 2015).

Em nível mundial, a construção da SAN iniciou como meio de enfrentamento da fome, especialmente em virtude dos conflitos mundiais. Ao final da Segunda Guerra Mundial, a Europa encontrava-se destruída e impossibilitada de produzir seus alimentos (BELIK, 2003), o que desencadeou uma grande preocupação com a necessidade de autossuficiência alimentar (BELIK, 2013).

Até aquele momento, a segurança alimentar era compreendida apenas como a capacidade de produção de alimentos (JUDT, 2005). Porém, esse conceito ampliou-se na década de 1970, especialmente com a instauração da crise mundial pela oferta de proteínas (VIAN *et al.*, 2007).

Com a realização da I Conferência Mundial de Alimentação, em 1974, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), foram discutidos temas relacionados à ampliação da pesquisa na agricultura e aumento da produção de alimentos (VIAN *et al.*, 2007; BURITY *et al.*, 2010). Com isso, muitos avanços na área foram realizados, porém o foco ainda se manteve apenas na produção de alimentos e não na segurança alimentar e na superação da fome (BRASIL, 2013).

Entre os anos de 1980 e início de 1990, muitas outras reflexões foram propostas ao conceito de segurança alimentar. A principal foi a noção de acesso a alimentos de qualidade e produzidos de forma sustentável. Esse pensamento se consolidou na Conferência Internacional de Nutrição, realizada em Roma em 1992, onde se agregou o aspecto nutricional, denominando-se então a SAN (RODRIGUEZ *et al.*, 2006).

No Brasil, nos anos de 1980, houve uma maior divulgação e discussões sobre a SAN. Desde então, ela foi caracterizada como a compreensão articulada das dimensões “alimentar” (produção, distribuição e comercialização e acesso aos alimentos) e a “nutricional” (acesso em quantidade e qualidade suficientes). Apesar dos reconhecidos avanços na ampliação do acesso aos alimentos das famílias brasileiras, muitas ainda encontram-se sem ter o direito à alimentação adequada garantido (YAZBEK, 2012). Esse fato demonstra a necessidade de pesquisas contínuas que avaliem a SAN da população em todos os níveis, especialmente no Brasil.

Uma alimentação adequada, que tenha qualidade e quantidade suficiente, é um direito humano básico, reconhecido pelo Pacto Internacional de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais de 1966. No Brasil, esse direito entrou em vigor por meio do Decreto n. 591, de 6 de junho de 1992 (BRASIL, 2013). Destaca-se que a efetivação dos direitos humanos é de competência conjunta do Estado, da sociedade e dos indivíduos, sendo um meio de atingir a cidadania plena (IPEA, 2002).

Contudo, quando as exigências em relação a alimentação e nutrição não são garantidas às pessoas, podem ocorrer diversas situações de insegurança alimentar (BRASIL, 2013), como as carências nutricionais (desnutrição) e até mesmo o excesso de peso e a obesidade (CONSEA, 2014).

A segurança alimentar é classificada em diferentes graus de intensidade, pois envolve as dimensões psicológicas e físicas das pessoas, sendo: a) relativa, ou seja, quando há comprometimento da qualidade da alimentação, sem restrição na quantidade necessária para garantir a energia e os nutrientes essenciais (BURITY *et al.*, 2010); e b) absoluta, quando se refere às situações em que os indivíduos passam por restrições no consumo de alimentos devido à baixa produção ou por falta de dinheiro para adquiri-los (HIRAI *et al.*, 2007). Nesse sentido, a insegurança alimentar e a fome representam uma dimensão da pobreza e da desigualdade social, estando intimamente vinculadas às noções de cidadania (SEGALL-CORRÊA *et al.*, 2008).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006) revelou que em 2004, cerca de 72 milhões de brasileiros, aproximadamente 40% da população, viviam com algum grau de insegurança alimentar. Desses, 14 milhões, ou seja, 7,7% da população se apresentava em um nível de insegurança alimentar grave. Já em 2010, o IBGE constatou que o grau de insegurança alimentar tinha reduzido para 30,2% entre os anos de 2004 e 2009.

Esse fato se relacionava ao maior acesso a bens e serviços como, rede de abastecimento de água, saneamento básico, coleta de lixo, além da melhora do rendimento mensal *per capita*. Apesar disso, em 2009 verificou-se que 65,6 milhões de brasileiros apresentavam algum tipo de restrição alimentar. Esse fato foi relacionado à falta de recursos financeiros na aquisição de alimentos, apesar de existir acesso às demais condições de habitação, serviços de saúde, educação, entre outros (IBGE, 2010). Nesse sentido, pode-se considerar que a falta de uma alimentação

adequada, ocasionada por diversos fatores, pode levar à insegurança alimentar e a desnutrição.

A desnutrição é o resultado da ingestão insuficiente de energia e proteínas pelo indivíduo. Em casos de carência prolongada, pode haver um comprometimento direto do crescimento e do desenvolvimento humano (BURITY *et al.*, 2010). Por muito tempo, a desnutrição foi a principal condição nutricional que acometeu uma grande parcela da população mundial. Segundo a FAO, em 2005, 852 milhões de pessoas estavam em situação de fome crônica. Já em 2008, novos relatórios informaram que um número ainda maior, 923 milhões de pessoas, foram atingidas pela fome (ABRAHAN, 2010). Atualmente, estudos demonstraram que esse número reduziu para cerca de 795 milhões (FAO, 2015), o que é ainda bastante preocupante socialmente (BELIK, 2013). Esses dados enfatizam a necessidade da implantação de medidas que visem o combate à fome e à desnutrição.

No Brasil, a desnutrição não ocorre pela falta específica de alimentos disponíveis, mas sim devido à desigualdade social, bem como a dificuldade de acesso aos alimentos (MALUF, 2010). Existe uma série de fatores que estão associados com a condição alimentar, tais como: moradia, renda insuficiente, saúde e educação, os quais modulam o nível de (in) segurança alimentar entre as pessoas mais vulneráveis (BELIK, 2010). Assim, destaca-se a necessidade de pesquisas que visem avaliar e reduzir a iminência da (in) segurança alimentar em populações que se apresentam em situações de risco. O intuito principal dessas ações, deve ser auxiliar os gestores públicos no desenvolvimento de estratégias que busquem contribuir para o conhecimento das condições de vida da população, subsidiando a formulação e aplicação de intervenções para a inclusão social e a avaliação e implementação dos programas sociais já existentes (HIRAI *et al.*, 2007).

Apesar dos altos índices de desnutrição verificados no Brasil e no mundo, atualmente observa-se o fenômeno de transição nutricional. Esse

processo é caracterizado pela mudança do perfil alimentar e nutricional da população, com ingestão excessiva de calorias e gorduras, além da redução na prática de atividades físicas. Com isso, verifica-se um número menor de casos de desnutrição e aumento da prevalência do sobrepeso e da obesidade em indivíduos de todas as idades e classes econômicas (SOARES *et al.*, 2014). A pesquisa mais recente realizada no Brasil, em 2008-2009 (IBGE, 2010), demonstrou que em 2009 a prevalência de obesidade era de 12,5% entre homens e 16,9% entre as mulheres.

Assim, entende-se que a questão da (in) segurança alimentar e da desnutrição, possuem muitos enfoques e desafios na construção de políticas que atendam a todos os elementos causadores de uma forma correlacionada. Nesse contexto, torna imprescindível o conhecimento da realidade alimentar e nutricional da população, visando reformular os instrumentos intervencionistas e garantir o direito básico à alimentação (HIRAI *et al.*, 2007).

Buscando reduzir as desigualdades que ocorrem na população de menor classe econômica, o governo federal brasileiro vem investindo em programas de Transferência Condicionada de Renda (TCR), que fazem parte de políticas públicas sociais e de combate à pobreza. Esses programas são destinados às famílias que, em geral, apresentam situações de múltiplas vulnerabilidades. O mais conhecido atualmente é o Programa Bolsa Família (PBF), que integra o Bolsa Escola, o Auxílio Gás e o Cartão Alimentação. Este Programa visa atender famílias extremamente pobres, com renda per capita mensal de até R\$ 140,00 (BRASIL, 2011). Além disso, o PMB também se destaca com ações de combate à fome e ao desperdício de alimentos. O PMB surgiu de uma iniciativa social do SESC, que inseriu em seus departamentos regionais, a partir de 2003, ações contra a fome e a desnutrição no país.

Esta dissertação está dividida em três capítulos, sendo que o primeiro contextualiza a SAN, o segundo à construção da política nacional de segurança alimentar e o contexto de segurança alimentar indígena brasileiro e, por fim, o elenco dos programas e ações que

compõem a SAN, analisando suas contribuições no acesso à alimentação, bem como questionando sua relevância e eficiência na melhoria da alimentação da referida comunidade.



## 2 INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

As questões relacionadas à pobreza e às desigualdades sociais não ocorrem apenas em países pobres ou em desenvolvimento. A fome, em geral, é consequência da pobreza econômica, causada pela desigualdade social, a qual impede o acesso aos alimentos, dentre outras necessidades básicas (RIBAS et al., 2016).

De acordo estimativas da FAO (2014), ocorreram avanços importantes para a redução da fome nas últimas décadas. Estima-se uma queda de 100 milhões de pessoas que apresentavam fome extrema na última década. Contudo, atualmente, calcula-se que cerca de 805 milhões de pessoas ainda estão subalimentadas, ou seja, uma em cada nove apresenta fome crônica no mundo.

Em âmbito mundial, anteriormente à década de 80, compreendia-se que a segurança alimentar consistia na preocupação com a capacidade dos países atingirem a auto suficiência na produção de alimentos (NUNES, 2008). A partir de então, no início dos anos 90, itens como o acesso a alimentos seguros (não contaminados biológica ou quimicamente); de qualidade (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica) e de alimentos produzidos de forma sustentável foram agregados à compreensão sobre segurança alimentar, conceituando-se, então, como SAN.

Em 1996, na Cúpula Mundial da Alimentação em Roma, foi associado à SAN o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Assim, todas as pessoas deveriam ter um acesso regular, permanente e irrestrito a alimentos seguros e saudáveis. Além disso, a quantidade e qualidade deveriam ser adequadas e suficientes, além de corresponder às tradições culturais locais (MACEDO *et al.*, 2009). Nesse entendimento, em 1999, o Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas estabeleceu algumas obrigações normativas aos Estados no cumprimento ao DHAA. Dentre elas, destacava-se a garantia ao direito de uma alimentação regular e adequada, especialmente para indivíduos ou

grupos em situação econômica menos favorecida, com renda insuficiente para a aquisição de alimentos (BELIK, 2003). Assim, a SAN passou a ser relacionada com o acesso físico ao alimento, de forma permanente e em quantidades suficientes. Nesse contexto, os conceitos referentes à SAN foram se tornando interdependentes, já que as discussões e normativas internacionais atuaram como estratégias para o desenvolvimento social e realização de outros direitos humanos (ABRANH, 2010).

No ano de 2002, a FAO organizou uma nova Conferência da Cúpula Mundial da Alimentação, em que enfatizou-se a questão do incentivo à produção agrícola de alimentos de forma sustentável, além da importância da soberania alimentar dos povos e o cumprimento das metas para a redução da pobreza (MALUF, 2007). Essa compreensão amplia o entendimento da SAN mundialmente, pois articula duas dimensões distintas – a alimentar, já que se refere aos processos de produção, comercialização e disponibilidade de alimentos e - nutricional, que é enfatizada pela escolha, preparo e consumo alimentar (ROCHA *et al.*, 2015).

No Brasil, o conceito de SAN ainda vem sendo construído. Os primeiros debates sobre a Segurança Alimentar enquanto política pública, surgem ao final de 1985 através do Ministério da Agricultura, que previu uma Política Nacional de Segurança Alimentar, visando atender as necessidades alimentares da população e atingir a autossuficiência nacional na produção de alimentos (YASBEK, 2004). Essa temática foi retomada na I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição realizada em 1986, em que a alimentação foi entendida como um direito básico, iniciando-se as primeiras discussões sobre SAN (VALENTE, 1995). Em 1993 foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que representava um órgão de aconselhamento da Presidência da República, para coordenar, elaborar e implantar ações contra a fome, entretanto foi desativado em 1995 (VALENTE, 2004). Já no ano de 1994, realizou-se a Conferência Nacional de Segurança Alimentar,

que tinha como objetivo indicar diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA, 2007).

Seguindo as ações de SAN no Brasil, em 2003, foi instituído o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), sendo reativado o CONSEA (BRASIL, 2011). Desde então, ocorreram diversas ações relacionadas à SAN, dentre elas a II Conferência Nacional de SAN (2004) e a criação da Lei nº 11.346 - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (2006), que considerou a SAN como uma política de promoção e garantia de alimentos de qualidade e quantidade suficientes, produzidos em condições adequadas propiciando o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população (BRASIL, 2006). Atualmente, a SAN no país tem como princípio o DHAA e a soberania alimentar, as quais têm sido potencializadas por meio de políticas e estratégias, voltadas à produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação adequada para toda a população (SILVA *et al.*, 2016).

De acordo com o previsto nas Metas do Desenvolvimento do Milênio, especificamente a meta nº 1 (“Erradicar a Fome”), em 2014, o Brasil saiu do Mapa da Fome, com a redução em 82% do número de pessoas subalimentadas no país (FAO, 2015). Apesar disso, cerca de 5,7 milhões de pessoas ainda encontram-se em situação de pobreza no país. Esse número equivale a 2,9% da população nacional e atinge os indivíduos que, além de não terem renda, não possuem acesso adequado às necessidades básicas (saúde, educação, habitação, dentre outros). Destaca-se que 7,2% dos brasileiros estão próximos ao limiar de pobreza, enquanto 0,4% se classificam em miséria extrema (PNUD, 2015).

As principais ações que colaboraram para os importantes avanços na promoção do DHAA no Brasil foram: a) aprovação da LOSAN nº 11.346/2006, que assegura as obrigações do Estado de promover a alimentação adequada a todos; b) a reconstituição do CONSEA e; c) a inclusão da alimentação como um direito constitucional, realizada por

meio da emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010, incluída no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 (SILVA et al., 2016).

Apesar do Brasil apresentar grande evolução na questão alimentar nos últimos anos, o país ainda é marcado por regiões com extrema desigualdade social, representado pela disparidade de renda e acesso a outros recursos. Segundo dados do IBGE (2010), quase metade dos indivíduos extremamente pobres (46%), vivem em áreas rurais o que representa 15,6% da população total do Brasil. A região Nordeste concentra o maior número de brasileiros em situação de extrema pobreza, totalizando 9,61 milhões de pessoas (59,1% dos extremamente pobres). Já, a segunda região do país mais atingida pela extrema pobreza é a Sudeste, com 2,73 milhões (16,8% dos extremamente pobres) (MDS, 2014).

Destaca-se que a implantação e implementação de diversos programas sociais contribuem de forma direta para a redução dos casos de insegurança alimentar, redução da pobreza e acesso a alimentos pelas famílias beneficiadas (CONSEA, 2015). No Brasil, os principais programas desenvolvidos que visam à erradicação da fome, promoção da inclusão e desenvolvimento social são o Programa Fome Zero, o qual atualmente é denominado Estratégia Fome Zero, (SILVA et al., 2016), o PBF, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Alimentação dos Trabalhadores (PAT) e o PMB dentre outros.

O PBF é considerado uma das ações de maior relevância para os indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade, auxiliando no acesso à alimentação básica (SILVA et al., 2016). Dessa forma, estima-se que em setembro de 2016, 13.884.050 famílias brasileiras foram beneficiadas por este Programa, as quais recebem um valor médio de R\$ 182,03 (MDSA, 2016) para aquisição de alimentos. No caso do PMB, o governo incentiva participação de órgãos públicos, empresas e pessoas físicas na doação de gêneros alimentícios, bens e serviços (CNC, 2012).

Além dessas ações, existem outros programas federais relacionados à alimentação que são desenvolvidos em Guarapuava, como por exemplo o PNAE, o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), Programa Saúde na Escola (PSE) e o Programa Leite das Crianças (PLC) (CAISAN, 2016). Todas essas práticas contribuem de forma direta para a garantia de uma renda mínima, para o fortalecimento da agricultura familiar e para a melhoria na qualidade de vida da população (CONSEA, 2010).

## 2.1 CONDIÇÕES GERAIS DE SAN

Na década de 1990, a questão da fome era um dos maiores problemas populacionais discutidos em nível mundial. Isso, porque haviam diversas situações de má nutrição, ocasionadas por uma distribuição de renda desequilibrada, desemprego, concentração de renda e descaso dos serviços públicos, como saneamento básico, dentre outros. Os países mais atingidos pela desnutrição crônica era a África Subsaariana (37 milhões de crianças) (LOZANO *et al.*, 2012). Entretanto, também eram observados casos de sobrepeso e obesidade, que aumentaram gradativamente. Em 1975, 105 milhões de pessoas estavam acima do peso, sendo que em 2014 o número de obesos no mundo já estava próximo a 641 milhões (BROWN e KUK, 2015).

No Brasil, a questão da fome também era muito preocupante na década de 90, sendo que aproximadamente 32 milhões de brasileiros estavam em situação de fome. No público infantil, a cada três crianças brasileiras abaixo de cinco anos de idade, uma apresentava algum tipo de subnutrição. Na época, existiam 22,6 milhões de pessoas subnutridas, sendo que as principais causas de morte estavam relacionadas às doenças infecciosas e parasitárias, como diarreia, pneumonia, malária, esquistossomose, surtos de dengue e cólera (CONSEA, 1995). Apesar disso, também se verificavam casos de sobrepeso e obesidade no país, pois cerca de 27 milhões de brasileiros (32%) apresentavam algum grau de excesso de

peso (IMC  $\geq$  25). Destes, 27% de homens e 38% de mulheres encontravam-se obesas (INAN, 1990).

Apesar da questão da fome ter sido alarmante por um longo período de tempo, os últimos 50 anos foram marcados por uma série de modificações caracterizadas pelo intenso crescimento econômico e de políticas públicas, no mundo e no Brasil. Nesse contexto, houve uma expansão no crescimento das cidades, desenvolvimento econômico, industrialização em massa, emancipação e inserção da mulher no mercado de trabalho, aumento da escolaridade e da expectativa de vida populacional, além da ampliação dos serviços de saúde. Todos esses fatores vêm impactando diretamente nas questões alimentares dos indivíduos (SOUZA, 2010), caracterizando um novo período histórico conhecido como transição nutricional.

A transição nutricional foi marcada principalmente pela redução geral dos casos de desnutrição e de baixa estatura, com o aumento demasiado do excesso de peso. Esse efeito foi causado por diversas mudanças na forma de alimentação e tipos de alimentos consumidos (ESCODA, 2002), além de transformações nos padrões culturais e estilos de vida das pessoas em quase todos os países (SOUZA, 2010). Em relação ao padrão de consumo alimentar, verifica-se uma maior ingestão de gorduras saturadas, sódio, açúcares simples, alimentos ultraprocessados, em contrapartida, uma menor ingestão de frutas e verduras (DAMASO *et al.*, 2016).

Modificações, demográficas, sociais, culturais e psicológicas também foram responsáveis pelo período de transição nutricional. Assim, a inserção feminina no mercado de trabalho, a concentração das populações no meio urbano, a falta de um estilo de vida ativo com a diminuição do esforço físico, a crescente industrialização dos alimentos, têm contribuído para a prevalência do excesso de peso e da obesidade (BRASIL, 2006). Além disso, observam-se outras situações decorrentes do novo estilo de vida. Tais como, a elevação da pressão arterial, colesterol,

doenças cardíaca, acidente vascular cerebral isquêmico, diabetes mellitus, dificuldades respiratórias e agravos psicológicos de baixa autoestima e depressão (DAMASO *et al.*, 2016).

Atualmente, diante das alterações ocorridas durante a transição nutricional, estima-se que o número de pessoas obesas ou com sobrepeso no mundo é de 2,1 bilhões, o que representa a quase 30% da população mundial. Países ricos como os Estados Unidos, o Reino Unido e a Austrália são aqueles que apresentam os maiores índices de sobrepeso/obesidade (60% da população adulta e 47,1% da população infantil) (OCDE, 2014). Contudo, em países mais pobres como a África, ainda se verificam elevados graus de indivíduos subalimentados, sendo que o número cresceu de 176 milhões para 214 milhões entre os anos de 1990 e 2014. Em 2014, na África, havia cerca de 1 milhão de crianças com desnutrição aguda grave (FAO, 2015), demonstrando a gravidade do problema.

No Brasil, a última avaliação da situação nutricional populacional foi publicada em 2014, pelo Ministério da Saúde, por meio da Pesquisa Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico. Foram realizadas 40.853 entrevistas, as quais demonstraram que 52,5% da população do país encontra-se com excesso de peso e 16,8% com obesidade. O excesso de peso foi maior na população de 35 a 64 anos (61,6%) e entre os homens (56,5%). Os locais do país mais afetados são a região Norte (68,5%) e Sul (67,5%). Contudo, dentre as regiões do país com os menores casos de obesidade estão o Nordeste (12,5%), Sudeste (12,7%) e Sul (12,2%). Apesar desses resultados alarmantes de excesso de peso, ainda são observados no país casos de desnutrição, principalmente, em crianças de 0 a 5 anos. As regiões mais afetadas são o Norte (14,8%), o Sul (8,5%), o Nordeste/Sudeste (5,7%) e o Centro-Oeste (5,6%) (BRASIL, 2009) (PNDS, 2006). Assim, demonstra-se a importância de políticas públicas que propiciem ações de prevenção e controle dessas doenças (CONDE *et al.*, 2016).

## 2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS À SAN

No cenário mundial a construção de políticas públicas relativas à SAN, está associada especialmente à FAO, instituída em 1945, e à Organização Mundial de Saúde (OMS), criada em 7 de abril de 1948, pela Organização das Nações Unidas (ONU) (BRASIL, 1996). Desde então, esses órgãos promovem diversos eventos a fim organizar diferentes recomendações e normatizações, para orientar os países signatários sobre a SAN. Nesse aspecto, os países devem executar, monitorar e implementar políticas públicas para erradicar a pobreza e possibilitar a segurança alimentar e nutricional sustentável à população (BORGES et al., 2016). Especificamente no ano de 1963, a FAO/OMS instituiu a Comissão Internacional *Codex Alimentarius*, que tem como objetivo proteger a saúde dos consumidores e assegurar práticas equitativas para a comercialização internacional de alimentos (BORGES et al., 2016). Desde então, o *Codex* tem contribuído com a SAN em situações que envolvem regras relativas à higiene, rotulagem, controle da utilização de praguicidas ou pesticidas, aditivos e toxinas em alimentos, buscando garantir a aquisição e alimentos em condições nutricionais e sanitárias mais saudáveis (ALMEIDA, 2005).

Nas últimas duas décadas (1990 e 2010), por meio da FAO, foram aprovadas as diretrizes voluntárias em apoio à realização progressiva do DHAA. Também, em 2000, a ONU instituiu na Assembleia do Milênio, o desenvolvimento dos “8 Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM)”, que tem a intenção de melhorar mundialmente o desenvolvimento humano, por meio da eliminação da fome e pobreza (MONTEIRO, 2009).

Atualmente, as políticas mundiais da SAN estão relacionadas às iniciativas da FAO, no sentido de ajudar os países a atingir o 1º da ODM, que é “acabar com a fome e a miséria”. Para o cumprimento das metas, a FAO lançou em 2003 o propósito de construir uma Aliança Internacional



contra a fome, baseado em ações para difundir informações e mobilizar o apoio da sociedade para alcançar as Metas da ODM (MALUF, 2007). Além de apoiar a ODM, a FAO tem contribuído para o desenvolvimento em nível mundial de programas de nutrição infantil, de educação e suplementação alimentar. Bem como, com programas internacionais de ajuda alimentar aos países com déficits na produção ou em razões de calamidades naturais ou guerras.

Internacionalmente, a FAO também fornece aos países oportunidades de discutirem e formularem políticas relacionadas com a alimentação e agricultura. Destaca-se o Programa Especial de Segurança Alimentar (PESA), a Estratégia Global para Segurança Alimentar e Nutrição (GSF) e o Programa Compreensivo para o Desenvolvimento da Agricultura na África (CAADP), a Assistência Técnica aos Países em Desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul, o Fundo Global para o Desenvolvimento (GEF), e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Essas ações são desenvolvidas com o intuito de valorizar e melhorar a SAN e a agricultura, especialmente nos países em processo de crescimento econômico e social (PINTO, 2013).

A FAO contribui ainda para o monitoramento da segurança alimentar em escala global, fornecendo informações confiáveis sobre o estado de insegurança alimentar no mundo. Os principais meios utilizados na atualidade são a Folha de Balanço de Alimentos (FBA), o indicador de população em situação de subalimentação (PoU – *Prevalence of Undernourishment*) e a escala de vivência da Insegurança Alimentar (FIES – *Food Insecurity Experience Scale*). Esses índices servem para orientar a definição de prioridades das políticas e programas de segurança alimentar destinados aos países (SOFI, 2014).

No Brasil, a política de SAN adota todas as convenções internacionais. Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 é considerada atualmente como um dos textos mais avançados do mundo, no que se refere à proteção e promoção da realização dos direitos humanos (VALENTE et al., 2007). No ano de 2010, foi acrescentado ao rol

dos direitos sociais o direito à alimentação (Artigo 6º). Contudo, anteriormente, o DHAA já se encontrava presente na LOSAN (BRASIL, 2006). Por meio da LOSAN, instituiu-se o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que tem por objetivo formular e implementar políticas e planos de SAN, além de estimular a integração dos esforços entre o governo e a sociedade civil para acompanhar, monitorar e avaliar as ações de SAN. As instâncias que compõem o SISAN em nível nacional são: a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; o CONSEA; a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), os órgãos de SAN da União, dos Estados e dos municípios e as entidades de SAN privadas, com ou sem fins lucrativos, os quais contribuem para que as propostas de SAN sejam efetivadas (VALENTE *et al.*, 2007).

Hoje em dia, o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) orienta as principais políticas e programas de SAN desenvolvidos no Brasil. Atua, nesse sentido, o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDS), Ministério da Educação (MEC) e Ministério de Trabalho e Emprego (MTE). A diretriz da PNSAN, referente à promoção e acesso universal à alimentação adequada e saudável, desenvolve as principais políticas/programas: PBF, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Benefícios Previdenciários (BP), Política de reajuste do salário-mínimo (PRS), PNAE, PAT, Restaurantes Populares (RP), Cozinhas Comunitárias (CC), Inclusão Produtiva, BA, e distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos (SANTOS *et al.*, 2016). Nesse caso, o PMB pode ser considerado um importante parceiro do Governo Federal, já que recebe alimentos advindos do PAA e realiza o repasse às entidades sociais e grupos populacionais específicos, como indígenas e quilombolas, contribuindo assim com políticas públicas nacionais de SAN (SESC, 2014).

O PMB é um programa de SAN que tem o intuito de contribuir com ações referentes à redução da fome, da desnutrição e do desperdício

de alimentos. Atua na modalidade de banco de alimentos e colheita urbana, sendo que as ações são coordenadas pelo Departamento Nacional do SESC. A implantação do PMB no Paraná ocorreu em setembro de 2003 e, em Guarapuava, iniciou suas atividades em fevereiro de 2009, atendendo as instituições sociais e as famílias em situação de vulnerabilidade social. Atualmente, 78 Instituições sociais e associações são cadastradas, perfazendo um total de 10.982 pessoas que recebem alimentos para complementar lanches e refeições, entre estas a Comunidade Indígena Marrecas (SESC, 2014).

## 2.3 A IMPORTÂNCIA DA INTERDISCIPLINARIDADE PARA A SAN

### 2.3.1 Conceito de Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade é conceituada como uma proposta de estabelecimento de ligações de complementaridade, convergências, interconexões e alterações entre os conhecimentos das mais variadas disciplinas, buscando superar a fragmentação. É compreendida como uma forma de ver, perceber e entender as múltiplas relações que permeiam um acontecimento, captando os fenômenos em suas dimensões sociais, naturais e culturais (MORIN, 2005). Nesse aspecto, é possível interpretar a SAN como um processo interdisciplinar abrangente, considerando sua complexidade, que abarca situações de acesso a alimentos de qualidade, com hábitos alimentares saudáveis, práticas sustentáveis de produção, cidadania e direitos humanos (KEPPLE e SEGALL-CORREA, 2011). Assim, a interdisciplinaridade, por meio de seu olhar epistemológico, busca integrar e desvendar as relações sociais, econômicas e culturais que também envolvem o conceito de SAN.

O ser humano é responsável pela construção do próprio conhecimento e, nesta busca, une saberes e conceitos, realizando a transformação da sociedade. Para que esse processo ocorra, há a

necessidade da interdisciplinaridade que emerge da reintegração de conhecimentos de diversas áreas (LEFF, 2010). Dessa forma, torna-se fundamental distinguir e contextualizar os problemas das dimensões globais, mas que ao mesmo tempo permitam a valorização e inclusão dos saberes locais (MORIN, 2003). Assim, para melhor entendimento da SAN é necessário conhecer suas múltiplas facetas, de modo a compreender como as relações humanas interferem na concepção da alimentação com direito humano. Para isso, devem-se utilizar os mais variados recursos, disciplinas ou campos de saber, muitas vezes antagônicos, mas que contribuíram para o planejamento, organização e implantação de políticas públicas mais eficazes (KEPPLE; SEGALL-CORREA, 2011).

### **2.3.2 Atuação e promoção da interdisciplinaridade no âmbito da SAN**

O conceito de SAN é por sua natureza interdisciplinar, sendo que está diretamente relacionado com as dimensões sociais, culturais, ambientais, econômicas, além de permitir uma ampla discussão sobre o DHAA e a soberania alimentar (CONSEA, 2016).

Verifica-se a existência de um grande desafio na abordagem da SAN, já que envolve diversas áreas de conhecimento, como agricultura, assistência social, antropologia, economia, nutrição, educação, direito, psicologia e sociologia, dentre outras (SANTOS, 2016). Dessa forma, a interdisciplinaridade contribui para a definição de políticas públicas e programas governamentais, pois os vários campos científicos dialogam sobre a SAN, estabelecendo programas, políticas e ações, propiciando a intersectorialidade entre o Estado e a sociedade (SOARES, 2014). As políticas públicas, especialmente as de SAN, precisam buscar ações integradas, que passem pelas relações interdisciplinares para alcançarem a realidade social com ações efetivas (MATOS et al., 2009).

### **2.3.3 Pesquisas interdisciplinares ligadas à SAN**

No Brasil, a SAN está sendo construída como uma área importante de conhecimento acadêmico e de formulação e atuação de políticas públicas. Sendo assim, sua abordagem é recorrente em estudos científicos em todo o mundo (VALENTE, 2002), envolvendo diversas ações interdisciplinares.

As pesquisas relacionadas a SAN são um tema abrangente e multidimensional e com vários arranjos intersetoriais, as quais envolvem equipes profissionais das mais variadas áreas de atuação. Neste contexto, as pesquisas de SAN, além de identificarem questões relacionadas a saúde, através do estado nutricional, atingem uma complexa rede de determinantes relacionadas ao acesso à educação, trabalho, renda, condições de moradia e saneamento básico, entre outros. Muitas pesquisas sugerem a atuação interdisciplinar como um modelo fundamental para o trabalho em saúde. As práticas interdisciplinares desenvolvidas por equipes multiprofissionais, são fundamentais para a reestruturação do atendimento prestado nos serviços de saúde. Dessa forma, o processo saúde-doença da população é influenciado de forma positiva, promovendo uma assistência de maior qualidade aos usuários (VICTOR *et al.*, 2007; SILVA *et al.*, 2012; FONTOURA *et al.*, 2014).

As ações interdisciplinares vêm sendo cada dia mais valorizadas por profissionais das ESF (SILVA *et al.*, 2012). Trevino *et al.* (2011) demonstraram que a utilização de um programa educativo em grupo para melhorar a qualidade de vida em idosos é uma prática adequada e frequente em unidades de saúde. Nesse caso, principalmente, aquelas ligadas à modificação de hábitos alimentares e à prática de exercícios físicos, ocorrendo alterações no estilo de vida da população. Já, Silva *et al.* (2007) indicam que a capacitação dos profissionais de saúde, e a participação efetiva da comunidade, promovem uma maior eficácia das ações realizadas pelos grupos.

Silva *et al.* (2008), demonstraram a importância de atuações acadêmicas de educação em saúde no que diz respeito a seguir hábitos alimentares saudáveis e a prática regular de atividade física. Para isso, foi utilizado o conhecimento prévio da própria população. A partir das necessidades relatadas pelos usuários, foram organizados materiais e linguagem adaptados à realidade local da população. Os resultados a médio e longo prazo mostraram que a educação em grupo possibilitou maior conexão entre os profissionais e participantes, estabelecendo uma confiança mútua sobre o tema. Entretanto, os autores destacam que ações que utilizam o conhecimento popular e a cultura preestabelecida, devem ser consideradas pelos profissionais com bastante atenção, persistência, paciência e motivação, para que haja maior adesão ao tratamento.

Diversos estudos científicos sugerem intervenções interdisciplinares dentro do âmbito da SAN como forma avaliar a sua amplitude de alcance. Historicamente, a pesquisa realizada por Josué de Castro, iniciada a partir de 1930, é referência na discussão sobre SAN. Isso, porque demonstrou que é impossível discutir a alimentação sem associar outras questões, como a fome, o consumo alimentar, desigualdades sociais regionais e a produção de alimentos (DEMO, 2009).

### **3 PROGRAMAS E AÇÕES DE SAN**

#### **3.1 PROGRAMAS E AÇÕES**

##### **3.1.1 Programas de transferência de renda**

Os Programas de Transferência Condicionada de Renda (TCR), como o Programa Bolsa Família (PBF), visam atender famílias extremamente pobres, com renda per capita mensal de até R\$ 85,00, no momento de constituição da política, ou pobres com renda de até R\$ 170,00 mensais, e promovem ajustes para melhor atender e respeitar as especificidades socioculturais dos povos indígenas, por meio da transferência direta de renda. O benefício tem por objetivo proporcionar alívio imediato de vulnerabilidades, riscos e necessidades básicas, como a de melhorar a alimentação da família (MDS, 2004).

O PBF, criado em 20 de Outubro de 2003 como medida provisória nº 132 e posteriormente convertida na Lei 10.386/2004, é um dos Programas do Eixo Fome Zero do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome (MDS), e consiste na transferência de renda mediante ao cumprimento de condicionalidades entrelaçando as áreas da saúde, educação e assistência social. Dessa maneira, para receber o benefício, as famílias com crianças entre 6 e 17 anos devem mantê-las regularmente matriculadas e frequentando a escola. As gestantes precisam realizar o acompanhamento pré-natal, bem como das condições de saúde e alimentação da mãe e da criança. Essa característica do PBF o torna intersetorial, visto que necessita de articulação entre os ministérios e secretarias.

Em fevereiro de 2014, o MDS divulgou o total de 100.614 famílias indígenas cadastradas no PBF no Brasil. Neste mesmo ano, um estudo realizado por antropólogos em sete TI pelo país, apresentou a percepção dos indígenas sobre o PBF em si, em relação a utilização do recurso, às melhorias de SAN, condicionalidades impostas e outros aspectos

relevantes. Apontou que o destino prioritário do recurso recebido é para garantir a alimentação da família e, que, em segundo lugar o dinheiro supre as necessidades de vestimenta e educação das crianças.

Na TI Marrecas, estudada nesta dissertação, mesmo com a dificuldade de entendimento e compreensão sobre a gestão e execução do Programa (fala-se muito sobre bloqueio do cartão, ou que recebia, mas que agora não recebe mais, sem saber o porquê), pouco mais de 40% das famílias pertencentes à Comunidade recebem recursos do PBF entre R\$70,00 e R\$135,00, sendo utilizados preferencialmente com a compra de alimentos para subsistência, corroborando com o relatório final apresentado pelo MDS. Observou-se ainda que o pagamento de taxas públicas também são retirados desse montante recebido. O recurso complementa o acesso à produtos que não são recebidos em Cestas Básicas, cedidas pela Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos – ADA ou produzidas na própria área, a “mistura”.

Rotineiramente, a mulher é a responsável pelo direcionamento do valor recebido, e o divide de acordo com as necessidades coletivas da família e individuais de cada um, quando é possível. Porém, é o homem, ou marido, que faz a compra dos itens necessários quando vão até o município.

### **3.1.2 Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)**

A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 13 de setembro de 2007, reúne princípios e normas que norteiam os direitos fundamentais desses povos. Enfatizando os povos indígenas prioritários na elaboração de programas e ações. O Artigo 26 dessa mesma declaração, ressalta que os povos indígenas têm o direito de possuir, utilizar e controlar as terras, territórios e recursos que possuem em razão da propriedade tradicional ou de outra forma tradicional de



ocupação ou utilização, assim como aquelas que tenham adquirido de outra forma, cabendo ao Estado assegurar reconhecimento e proteção.

Entende-se por Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PEATER), o serviço de educação não formal, de caráter continuado, que promove processos rurais de gestão, organização, produção, beneficiamento, agro industrialização e comercialização de produtos e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroflorestais, agroextrativistas, florestais, pesqueiras, artesanais, sociais e ambientais, para o desenvolvimento rural sustentável (BRASIL, 2012).

Dentre os princípios da Política Nacional da ATER, destaca-se “Assegurar, com exclusividade aos agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquiculturas, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF (MDA/Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário) o acesso a serviço de assistência técnica e extensão rural pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, visando o fortalecimento da agricultura familiar” e “Apoiar ações específicas voltadas à construção da equidade social e valorização da cidadania, visando à superação da discriminação, da opressão e da exclusão de categorias sociais, tais como as mulheres trabalhadoras rurais, os quilombolas e os indígenas” (MDA, 2004).

O MDA apoia projetos de assistência técnica e extensão rural em áreas indígenas que têm como referência o etnodesenvolvimento das comunidades, a promoção da segurança alimentar e o incentivo às atividades produtivas em comunidades indígenas, por intermédio de metodologias específicas que valorizem os elementos culturais, os aspectos ambientais e os alimentos tradicionais. Dentre as ações, as mais importantes são a gestão e controle territorial, contribuindo com a ocupação, defesa e usufruto dos territórios indígenas; planejamento e organização territorial, ambiental e produtiva, de áreas indígenas recém

demarcadas ou reocupadas, contribuindo para garantia do uso sustentável das mesmas pelo povo indígena; a abordagem agroecológica da produção e valorização de técnicas produtivas tradicionais da etnia; agregação de valor à produção; certificação socioparticipativa da produção indígena; agroindustrialização e comercialização da produção; recuperação/utilização de áreas degradadas, considerando os saberes tradicionais relativos ao conhecimento do bioma; manejo ambiental, uso sustentável dos recursos naturais e acesso a recursos hídricos (garantia de quantidade e qualidade); capacitação de indígenas e de suas organizações para o gerenciamento de projetos, assistência técnica e consolidação de experiências administrativas e políticas; fortalecimento do conhecimento tradicional e das formas tradicionais de transmissão do conhecimento (MDA, 2004).

Na Lei 17447, de 27 de dezembro de 2012, ficam estabelecidos os princípios da ATER estadual. Dentre esses, o desenvolvimento rural sustentável, a redução de desigualdades, segurança e soberania alimentar e nutricional, equidade de gênero, geração e etnia e a gratuidade, acessibilidade e qualidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural. E os objetivos principais: ampliar e qualificar a ATER no Paraná; contribuir para o desenvolvimento rural sustentável; ampliar o número de beneficiários; ampliar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários; melhorar a qualidade de vida de seus beneficiários; valorizar a cultura, os saberes, a produção e do modo de vida do meio rural paranaense (BRASIL, 2012).

A PEATER Paraná em sua Lei prioriza “agricultores familiares, empreendedores familiares rurais, agroextrativistas, pescadores e aquicultores, quilombolas, indígenas, habitantes de faxinais e de vilas rurais, outras populações e comunidades tradicionais, estabelecidos proprietários, assentados, posseiros, comodatários, meeiros, arrendatários e outras formas de posse da terra” como público preferencial (BRASIL, 2012). Quando adaptados aos diferentes territórios e de acordo com a

especificidade étnicas, de raça, gênero, condições socioeconômicas, culturais e ambientais, ocorre o desenvolvimento local pensado a partir dos saberes desses grupos. No viés indígena a ATER oferece alternativas às suas próprias ações produtivas e de gestão da TI (VERDUM, 2014).

Ressalta-se a importância do acesso dos indígenas à essa Política tendo em vista que o conhecimento e segurança na produção de alimentos serve como porta de entrada para a participação do referido grupo em outras políticas públicas como o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Localmente a TI Marrecas, objeto desse estudo, tem iniciado com cautela o manejo da terra, apenas em pequenas roças domésticas, para atender a demanda interna. Há décadas, a atividade principal é a produção e colheita da erva mate nativa, que é vendida para uma ervateira internacional. Grande parte da população da aldeia, especialmente os homens, tem essa atividade como a principal ocupação e fonte de renda para a família, onde já conhecem o ciclo de produção e sustentabilidade da atividade. A produção de milho verde e mandioca, tem apresentado um crescimento discreto durante a safra, sendo grande parte consumida na própria comunidade.

### **3.1.3 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE**

Popularmente conhecido como merenda escolar, gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o PNAE é considerado um dos programas mais abrangentes do mundo e visa a transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios destinados a suprir parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos de escolas públicas. É considerado um dos maiores Programas na área de alimentação escolar no mundo, e é o único com atendimento universalizado (FNDE, 2013). Oferece alimentação e ações de educação alimentar e nutricional participando da formação dos hábitos alimentares de estudantes de todas

as etapas da educação básica pública, sendo essa ferramenta considerada um instrumento de promoção de SAN pelo viés da qualidade das escolhas alimentares do indivíduo. O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. E para garantia de qualidade, o programa é fiscalizado pela sociedade de modo direto, pelos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público (FNDE, 2013).

Atualmente, dentro do repasse de verbas são beneficiados alunos de creches, pré-escolas, ensino fundamental e médio, educação de jovens e adultos, ensino integral, Programa de Fomento as Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, alunos que participam do Atendimento Educacional Especializado no contra turno e, a partir de 2003, a extensão da cobertura do PNAE abrange escolas indígenas e quilombolas com um valor (R\$) superior aos alunos de escolas regulares. Neste caso o valor repassado pela União a estados e municípios é dado conforme a etapa e a categoria de ensino, onde o valor é de R\$ 0,64 por dia letivo para cada aluno (BRASIL, 2009).

O cardápio é projetado por um nutricionista, respeitando horários, tipo de refeição, necessidades, culturas, tradições e hábitos alimentares em que está inserido. Deve ser base de uma alimentação saudável e adequada, com variedade de alimentos e segurança de qualidade dos mesmos, com a oferta de pelo menos 3 frutas e 3 hortaliças na semana, deixando claro que sucos de frutas não substituem a fruta *in natura*.

De acordo com a Resolução nº 38, de 16 de julho de 2009 do Ministério da Educação, os cardápios devem ser elaborados de modo a atender as necessidades dos indivíduos, respeitando valores de energia, macro e micronutrientes conforme a faixa etária. Tem de suprir, por refeição oferecida, no mínimo, 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados em escolas localizadas em

comunidades indígenas e localizadas em áreas remanescentes de quilombos. Quando em período integral, no mínimo, 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados na educação básica, incluindo as localizadas em comunidades indígenas.

Ainda, a Lei 11.947, de 2009, traz como uma das diretrizes da alimentação escolar “o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;” e o Art. 14. “Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas” (BRASIL, 2009).

Além disso, de acordo com Resolução n° 26, de 17 de junho de 2013, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), fornece alimentação adequada para atender as necessidades diárias de acordo com as especificidades da cultura inserida (indígena ou quilombola).

A execução do PNAE nas escolas da TI Guarani, acontece sob a perspectiva das diretrizes que normatizam o Programa, com especial ênfase nas especificidades dessa população e levando em consideração as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira, sendo esse instrumento, um norteador fundamental para promoção da alimentação adequada e saudável para a população brasileira.

Os alimentos são preparados na cozinha da escola, e ofertados às crianças matriculadas, em turno matutino e vespertino, sendo que não há atendimentos na modalidade “escola integral”. O recebimento acontece de acordo com o número de alunos matriculados no ano anterior, sendo respeitadas as particularidades culturais e as práticas alimentares da Comunidade. Semanalmente acontece as entregas de hortifrútis

(respeitando o mínimo de 30% proveniente da agricultura familiar), polpa de frutas, pães e carnes. As remessas de produtos não perecíveis obedecem ao calendário estabelecido pelo Regional de Educação.

Na TI Marrecas não havia produção de alimentos ou hortas comunitárias que pudessem dar suporte aos produtos recebidos e além disso, a merenda produzida pela cozinheira de origem indígena é distribuída aos estudantes e aos demais membros que não fazem parte da escola (não estudantes). Os insumos perecíveis são recebidos semanalmente (de acordo com a natureza e demanda de utilização do produto), enquanto que não perecíveis são recebidos conforme o calendário escolar, obedecendo os Critérios de Boas Práticas de Fabricação de Alimentos.

#### **3.1.4 Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos - ADA**

Com o objetivo de proporcionar a aquisição de gêneros alimentícios básicos, e a distribuição gratuita desses gêneros em forma de cestas de alimentos para atender, em caráter emergencial e complementar, famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional, esta “Ação” caracteriza-se pelo seu caráter emergencial e complementar a outras estratégias, para garantir o acesso contínuo aos alimentos. A operação acontece em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a qual recebe recursos do MDA por meio do Termo de Execução Descentralizada.

Os indígenas fazem parte do grupo prioritário no recebimento das cestas básicas, e recebem por meio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ou Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), sendo estes órgãos responsáveis por selecionar, indicar as famílias ao MDS e retirar os alimentos da CONAB, distribuindo-os.

As cestas de alimentos distribuídas possuem diferenciações na sua composição conforme a localidade, respeitando sempre a cultura alimentar e hábitos regionais. Sendo esse critério, também, uma forma promover a SAN, pela oferta de produtos que fazem parte das práticas alimentares regionais, porém não existe periodicidade fixa para o envio desses alimentos. Não houve registros pela FUNAI ou SESAI de entrega de cestas nos últimos anos para a comunidade de Marrecas no Turvo, exceto de uma doação pontual de Feijão repassado pelo PMB do SESC Guarapuava.

### **3.1.5 Outros Programas**

Restaurantes Populares (RP), Cozinhas Comunitárias (CC), Pedido de Doação de Alimentos (PDA), entre outros podem ser exemplos de políticas/programas que contribuam direta ou indiretamente com a promoção de SAN (SANTOS et al., 2016). Além desses, os Bancos de Alimentos, como o Programa Mesa Brasil (PMB), podem ser considerados importantes parceiros do Governo Federal, já que recebem alimentos advindos do PAA e outros doadores, e realiza o repasse às entidades sociais e grupos populacionais específicos, como indígenas e quilombolas, contribuindo assim com políticas públicas nacionais de SAN (SESC, 2014).

O PMB é um programa de SAN que tem o intuito de contribuir com ações referentes à redução da fome, da desnutrição e do desperdício de alimentos. Atua na modalidade de banco de alimentos e colheita urbana, sendo que as ações são coordenadas pelo Departamento Nacional do SESC (SESC, 2014). A implantação do PMB no Paraná ocorreu em setembro de 2003 e, no município de Guarapuava (sede que faz atendimento à Comunidade Indígena), iniciou suas atividades em fevereiro de 2009, atendendo as instituições sociais e as famílias em situação de vulnerabilidade social. Atualmente, 83 entidades são contempladas, entre elas a Comunidade Indígena Marrecas, localizada no município de Turvo/ Paraná.

Diante desse contexto, e objetivando avaliar a efetividade da referida PNSAN e a realização de ações direcionadas a essa prática para Comunidades Indígenas, torna-se indispensável a identificação de programas sociais que assegurem o recebimento ou a produção de alimentos, e contribuam para a melhoria da alimentação dessa população.

A Terra Indígena (TI) Marrecas abriga em média 420 pessoas, e faz morada para 2 etnias distintas, Kaingang e Guarani, sendo a primeira mais populosa. Os Guarani instalaram-se ali com o consentimento dos Kaingang, após serem expulsos de outra reserva, e vivem em uma área isolada e distante geograficamente, com seus próprios costumes e sistema político. Porém, de forma harmoniosa e interagindo em diversos momentos como rituais, casamentos, velórios, dividindo os mesmos recursos naturais. Além das casas de moradia, cada aldeia (uma Kaingang e outra Guarani) conta com um posto de saúde e uma escola de ensino fundamental, que possibilita fornecer a merenda escolar para as crianças matriculadas, através do repasse do PNAE. As lideranças (caciques) também são distintas e suas relações são baseadas no respeito às diferenças culturais e no compartilhamento de todos os recursos disponíveis.

Os integrantes das aldeias estão organizados como Associação Comunitária, regulamentados com CNPJ, formação de Diretoria, Registro no CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social) e todos os documentos que os capacitam a terem acesso a diversos Programas e Políticas Públicas.

No caso do PMB, todas as famílias que ali residem são convidadas a preencherem um cadastro que condiciona o atendimento com alimentos advindos de alguns programas sociais como PMB, PDA, PAA, entre outros. São contabilizadas a composição familiar, idade, ocupação e renda (benefícios recebidos), definindo o perfil e necessidades da Comunidade. Os alimentos são distribuídos (pelo PMB) aos representantes familiares de acordo com a disponibilidade dos produtos,



e levando em consideração a cultura e práticas alimentares indígenas. Entre os principais alimentos repassados estão os hortifrútis (batata doce, mandioca, tomate, batata, laranja, banana, abóbora), bebida láctea, produtos de panificação (pães, bolos prontos, biscoitos, panetone) e itens de cesta básica (feijão, arroz, farinha, macarrão, óleo). A tabela 1 apresenta a quantidade em quilogramas (kg) de produtos distribuídos ao longo de 5 anos, bem como sua procedência. A origem PDA refere-se a um repasse pontual de feijão realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) à Prefeitura Municipal de Guarapuava (que por sua vez direcionou a doação ao PMB) para atendimento de instituições em vulnerabilidade alimentar.

Tal levantamento do quantitativo é umas das formas de verificar a amplitude dos Programas de Combate à Fome, tendo em vista a garantia do Direito Humano, a Alimentação Adequada (DHAA) e a Segurança Alimentar dos grupos minoritários.

Fonte: Sistema Mesa Brasil SESC.

Os dados apresentados conotam que não existe uma distribuição sistemática e uniforme de alimentos onde a Comunidade possa despreocupar-se com o acesso a alimentação. E esse fato, isoladamente, já caracteriza um quadro de insegurança alimentar leve, que reflete a incerteza da provisão dos alimentos para a família. Percebe-se grande volubilidade nos quantitativos repassados anualmente,

demonstrando falhas e/ou intervalos significativos que impactam consideravelmente nas condições alimentares desse grupo.

Nos últimos 5 anos, a Comunidade Indígena Marrecas recebeu 116.866,75 kg de produtos para alimentar aproximadamente 420 pessoas, perfazendo uma média mensal de 4,6kg por indivíduo. Tal valor mostra que os Programas sociais atualmente agem na complementação da alimentação, não podendo ser considerados responsáveis pela garantia da SAN dessa população.

#### 4 REFLEXÕES SOBRE O DIREITO INDÍGENA À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA, EM RELAÇÃO À SAN

No momento em que as populações indígenas, por todo o Brasil, lutam em defesa dos seus interesses, voltados a manutenção e preservação de seus valores étnicos culturais, destaca-se a luta por um direito básico, a alimentação. A Constituição Federal de 1988 afirma que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988). Somente em 2010, a alimentação como direito fundamental foi incluída na CF por meio da Emenda 64/2010. Dessa forma, a negação ao acesso a uma alimentação adequada atenta contra o direito primordial do ser humano: o direito à vida (VALENTE, 2007; GRACIA, 2005).

O direito à alimentação, contudo, não se restringe apenas à mera ingestão de nutrientes por meio dos alimentos. Ele incorpora, em um sentido mais amplo, a questão da cultura e da sustentabilidade. De acordo com Valente (1997):

O Direito Humano à Alimentação passa pelo direito de acesso aos recursos e meios para produzir ou adquirir os alimentos seguros e saudáveis que possibilitem uma alimentação de acordo com os hábitos e as práticas alimentares de sua cultura, de sua região ou de sua origem étnica (VALENTE, 1997, p. 21).

A partir desta compreensão, constata-se que no Brasil, infelizmente, os índices de mortalidade e desnutrição são altos. O *Mapa da Fome entre Populações Indígenas do Brasil*, pesquisa realizada em 1994, apontou que 28,27% da população indígena tinha dificuldade em garantir uma alimentação e padrão de saúde adequados, sendo os índices mais alarmantes nas regiões Nordeste e Centro-Sul (INESC,1995).

Dados da Pesquisa de Saúde e Nutrição dos povos indígenas de 2010, mostram a desnutrição infantil com prevalência 20 vezes superior à observada entre crianças não indígenas, tendo sido registradas em média

19 mortes para cada mil crianças nascidas vivas em 2010, e o dobro entre povos indígenas (IBGE 2012).

A taxa de mortalidade infantil indígena que, em 2014, correspondia a 42 mortes de crianças menores de 1 ano, a cada mil que nasceram vivas naquele ano (COIMBRA Jr., 2014), é semelhante à mortalidade infantil média do Brasil em 1994.

A Lei de Segurança Alimentar e Nutricional explicita, em seu artigo 6º, que a SAN abrange, nesse sentido “a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situações de vulnerabilidade social” (BRASIL, 2006).

A partir da III Conferência Nacional de SAN (CNSAN), realizada em 2007, o Conselho Nacional de SAN (CONSEA) instituiu um processo de elaboração, com base nas resoluções finais do encontro, de um documento com os princípios e diretrizes que deverão compor a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

As resoluções finais da CNSAN foram organizadas em três eixos temáticos: SAN nas estratégias nacionais de desenvolvimento; Política Nacional de SAN; e Sistema Nacional de SAN. No segundo eixo foram propostas seis diretrizes: (1) promover o acesso universal à alimentação adequada; (2) estruturar sistemas justos, de base agroecológica e sustentável de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos; (3) instituir processos permanentes de educação e capacitação em segurança alimentar e direito humano à alimentação adequada; (4) ampliar e coordenar as ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para povos indígenas e comunidades tradicionais; (5) fortalecer as ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais políticas de segurança alimentar e nutricional, e (6) promover a soberania e a segurança alimentar e nutricional em âmbito internacional (BRASIL, 2007).

Apesar de todas as normas legais, a insegurança alimentar e nutricional na qual os grupos indígenas vivem, tem ocasionado muitos complicadores relacionados a saúde, especialmente entre as crianças. Devido à ausência de alimentos, ou por uma dieta sem diversificação, tem ocorrido muitos casos de desnutrição ou subnutrição, os quais podem contribuir para o desenvolvimento de doenças como: anemias, hipovitaminose A, cáries e nanismo nutricional (RIBAS *et al.*, 2001; COIMBRA Jr. e SANTOS, 1991).

Doenças infecciosas, respiratórias ou diarreicas que, associadas a condições de vida insalubres e a doenças parasitárias, são ocasionadas pela desnutrição energético proteicas e podem provocar a morte dessas crianças. A proximidade das aldeias com os meios urbanos tem trazido mais um risco para essas populações, a introdução de alimentos industrializados em sua alimentação cotidiana. Situação essa que tem ocasionado o aparecimento de doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes, hipercolesterolemia, doenças coronarianas e cardíacas (BONAMIGO, 2006).

Neste sentido, contrapõe-se ao problema da fome e insegurança alimentar, o conceito de segurança alimentar. A definição clássica estabelecida pela FAO determina que haja uma situação na qual todas as pessoas, durante todo o tempo, tenham acesso físico, social e econômico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva que atenda a suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, para uma vida ativa e saudável.

O acesso aos alimentos está na base dessa definição. Não adianta haver superávit na disponibilidade de alimentos em determinado país se uma parte da população não tem renda para consumi-los, ou se esses alimentos culturalmente não fazem parte da sua dieta (BELIK, 2003, p. 84).

#### 4.1 ALDEIA GUARANI NO MUNICÍPIO DE TURVO/PR

Por volta de 1500, com a chegada dos portugueses na América, os Guarani já formavam um conjunto de povos, praticando uma agricultura a qual gerava excedentes que motivavam grandes festas e a distribuição dos produtos, conforme determinava a economia de reciprocidade. Quando os europeus chegaram ao lugar que hoje é Assunção, no Paraguai, ficaram maravilhados com a "divina abundância" que encontraram (MOTTA, 1994). Motta (1994) afirma que:

As literaturas etnológicas e historiográficas registram a presença dos grupos Tupi e Jê desde o início da ocupação do território pelos portugueses do litoral, e pelos espanhóis ao oeste. Documentos oficiais da época são fartos em assinalar a presença de tribos Kaingang por todo o segundo e terceiro planalto (MOTTA, 1994, p. 258).

A população indígena no Brasil atualmente é de aproximadamente 600 mil indígenas, pertencentes a 252 etnias, falando 200 línguas e dialetos, ocupando 11% do território nacional. O significado do termo "indígena" não remete mais a questão biológica ou racial, mas à questão cultural, a uma ligação com o passado desses povos (HECK e PREZIA, 1999). Os Guarani são um dos povos indígenas brasileiros que pertencem à família Tupi-Guarani, do tronco linguístico Tupi. Inicialmente habitavam a América do Sul antes da invasão europeia, tendo sido estimados em dois milhões de pessoas (TEMPASS, 2012).

No Brasil, os Guarani são divididos em três subgrupos de acordo com o dialeto, os costumes e as práticas rituais: Mbya, Pãi-Tayyterã, conhecidos no Brasil com Kaiowá e Avá Guarani, denominados como Nandeva (TEMPASS, 2012). Atualmente, os Mbyá-Guarani localizam-se em áreas no Uruguai, Paraguai, Argentina e Brasil, onde habitam os estados do sul do país (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul, além de algumas famílias encontrarem-se no Pará e no Tocantins. Através

de seus mitos e rituais, esses povos mantêm vivas as tradições de tempos, os quais são atualizados em sua memória no seu cotidiano. A localização sociogeográfica das aldeias Mbyá-Guarani está próxima ao mar, sobretudo nas serras da Mata Atlântica. Porém, há muitas áreas dispersas pelo interior, como é o caso do Paraná (FELIPIM, 2001; HECKLER, 2006; LITAIFF, 1996; LADEIRA, 2007).

O termo Mbyá significa, de acordo com Bonamigo (2006, p. 1), “muita gente num só lugar”. A população estimada de Guarani no Brasil gira em torno de 34.000, entre os Kayová (18.000 a 20.000), Ñandeva (8.000 a 10.000) e Mbyá (5.000 a 6.000) (CTI, 2007). A história de aldeamento entre os Mbyá-Guarani é recente, e eles buscam locais onde possam isolar-se da sociedade envolvente, para cultivarem seus hábitos tradicionais de vida. As aldeias são denominadas de Tekoa, e devem conter os recursos naturais que possibilitem a vivência do jeito de ser Mbyá-Guarani, denominado por eles de nhandereko (CTI,2007). A localização das aldeias Mbyá-Guarani, em locais com escassez de recursos naturais, tem implicações sérias sobre seu modo de vida e suas condições de saúde. De acordo com Litaiff (1996, p. 32-33) “os Guarani, encontram-se hoje em uma situação de miséria, pobres e desterrados” sendo comum a subnutrição e o alcoolismo.

No Paraná, o número de indígenas chega a aproximadamente 10.000 indivíduos de várias etnias (HECK e PREZIA, 1999). Porém outras fontes apontam que a população indígena do Estado do Paraná está estimada em aproximadamente 13.000 indivíduos (FUNASA, 2010). Já os dados apresentados pela Secretaria da Educação no Estado/PR, informam que há 9.015 Indígenas. Atualmente, essa população habita 85.264,30 hectares de terra. Esta área está distribuída em 17 terras abrigando as etnias Kaingang, Guarani e 6 remanescentes do povo Xetá. Fávaro *et al.*, (2007) confirmam o disposto acima:

No Brasil, os povos indígenas estão expostos a transformações ambientais e socioeconômicas, que os colocam em situação de alta vulnerabilidade frente a

problemas de ordem alimentar e nutricional. Nesse sentido, estudos pontuais realizados em comunidades indígenas revelam a fragilidade de muitos povos frente às consequências das carências alimentares, como a elevada prevalência de nanismo nutricional em crianças menores de 5 anos de idade, também favorecida por precárias condições de saneamento, entre outros determinantes (FÁVARO et al, 2007, p. 786).

Vejamos a distribuição de terras indígenas no Paraná de acordo com o que segue:



1	Reserva indígena Ocoí	10	Reserva indígena Apucarantina
2	Reserva indígena Rio das Cobras	11	Reserva indígena Barão de Antonina
3	Reserva indígena Mangueirinha	12	Reserva indígena São Jerônimo da Serra
4	Reserva indígena Palmas	13	Reserva indígena Laranjinha
5	Reserva indígena Marrecas	14	Reserva indígena Pinhalzinho
6	Reserva indígena Ivaí	15	Reserva indígena Ilha da Cotinga
7	Reserva indígena Faxinal	16	Reserva indígena Mococa
8	Reserva indígena Rio D'Areia	17	Reserva indígena Tekoha-Añeteté
9	Reserva indígena Queimadas		

A Terra Indígena de Marrecas está situada entre os municípios de Guarapuava (com 517,5 hectares), Prudentópolis (200,80 hectares) e Turvo (16.120,27 hectares) e foi homologada em 1984 com um total de 16.839 hectares (FUNAI, 2006). Pelas informações contidas, observa-se que a TI Marrecas possui duas aldeias: Kaingáng e Xetá (a qual é analisada neste trabalho), sendo esta, classificada como pertencente à família linguística Tupi-Guarani. A língua Xetá, aproxima-se do grupo dialetal Guarani,



principalmente da parcialidade Mbyá, em sua fonologia e léxico (BREDA,2014).

A Constituição Federal de 1988, no seu capítulo VIII, que dispõe sobre os indígenas, em seu artigo 231, reconhece a diversidade sociocultural existente no Brasil, estabelecendo que: São reconhecidos aos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. § 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes (BRASIL, 1988).

Somente a partir da Constituição do Brasil, o Estado Brasileiro reconheceu que os povos indígenas necessitam de terras regulamentadas para sua sobrevivência e de sua cultura, e que podem retirar dessa terra as riquezas que necessitarem para viver. Assim, os povos indígenas exigem intervenções de políticas públicas para atender as suas demandas. O Decreto nº 6.040/2007, sobre Povos e Comunidades Tradicionais coloca que são: “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. Este decreto demonstra a importância de ocorrer um acompanhamento e avaliação da SAN destas comunidades tradicionais,

respeitando os valores sociais, econômicos e culturais destes povos (Silva et al, 2008)<sup>1</sup>.

A Reserva Indígena Marrecas está inserida na região central do Estado do Paraná, e foi homologada em 1984. Possui uma extensão de 16.839 hectares num perímetro de 58 quilômetros, e está situada nos municípios de Guarapuava que abriga 517,5 hectares, Prudentópolis com 200,80 hectares e Turvo que concentra a maior parte, com 16.120,27 hectares (FUNAI, 2006).

A delimitação original da reserva foi a Sesmaria destinada pelo regente Dom João VI. Depois, foi reduzida com a expulsão dos índios da sesmaria por volta de 1850 (relatório do presidente da província de S. Paulo em 1852). A terra foi novamente demarcada em 1880 pelo Governo Provincial do Paraná. A nova demarcação acontece no início da década de 1980, homologada em 25/03/1984, pelo decreto 89.495. A área original era de 17.019,85 hectares (em 1880) (PORTAL KAIGANG, 2006).

Quadro 1: TIs no Paraná

Terras Indígenas	Aldeias	Nação	População	Municípios	Área (Ha)
Palmas	Sede, Vila Alegre	Kaingang	650	Palmas-PR e Abelardo Luz-SC	2.944,00
Mangueirinha	Sede, Paiol Queimado, Fazenda, Palmeirinha, Água Santa e Mato Branco	Kaingang Guarani	1.617	Chopinzinho, Mangueirinha e Coronel Vivida	17.308,07
Rio das Cobras	Sede, Campo do Dia, Taquara, Pinhal, Lebre, Trevo, Papagaio e Vila Nova	Kaingang Guarani Xetá	2.263	Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu	18.681,98
Ocoy	Sede	Guarani	172	São Miguel do Iguaçu	231,88
Marrecas	Sede e Campina	Kaingang Xetá	385	Turvo e Guarapuava	16.538,58

<sup>1</sup> Em 2004, foi criada a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), presidida pelo MDS e secretariada pelo Ministério do Meio Ambiente, com o objetivo de coordenar uma política nacional para o “desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições”. Foi instituído também, no âmbito da CAISAN, o Comitê Técnico de Povos e Comunidades Tradicionais – CT-PCT, se configurando como um espaço para debate, construção e qualificação de metas para atendimento e acesso de povos e comunidades tradicionais às políticas públicas de SAN. No âmbito do CONSEA também foram instituídas instâncias permanentes de discussão e controle social, com participação de lideranças e representantes destes povos (FAO, 2015).

Ivaí	Sede, Laranjal e Bela Vista	Kaingang	877	Manoel Ribas e Pitanga	7.306,34
Rio D'Areia	Sede	Guarani	51	Inácio Martins	1280,56
Faxinal	Sede e Casulo	Kaingang	450	Cândido de Abreu	2.043,89
Queimadas	Sede, Aldeia do Campo	Kaingang	355	Ortigueira	3.081,00
Mococa	Sede e Gamelão	Kaingang	79	Ortigueira	848,00
Apucarantina	Sede, Toldo, Vila Nova e Barreiro	Kaingang	662	Londrina	5.574,00
Barão de Antonina	Sede, Cedro e Pedrinha	Kaingang	395	São Jerônimo da Serra	3.751,00
São Jerônimo da Serra	Sede e Guarani	Kaingang Guarani Xetá	375	São Jerônimo da Serra	1.339,00
Laranjinha	Sede	Guarani	303	Santa Amélia	284,00
Pinhalzinho	Sede	Guarani	88	Tomazina	593,00
Ilha da Cotinha	Sede	Guarani	68	Paranaquá	824,00
*Guaraqueçaba	Sede	Guarani	62	Guaraqueçaba	861,00
Tekoha – Añetetê	Sede	Guarani	163	Diamante do Oeste e Ramilândia	1.744,70
<b>TOTAL</b>			<b>9.015</b>		<b>85.235,030</b>

Fonte: PORTAL da Educação do Estado do Paraná. Disponível em: «[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/estaticas/alunos/indios\\_terras.php](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/estaticas/alunos/indios_terras.php)» Acesso em: ago. 2018.

A estrada de acesso à Reserva Indígena é constituída por 12Km de asfalto, e mais 22Km de estrada com cascalho. Todo trajeto é de difícil acesso, com condições precárias, que dificultam o exercício de ir e vir, além da falta de sinalização informando que estas são Terras Indígenas (IAP – Tábua de Avaliação, 2008). A língua falada é o Guarani, mas a comunidade tem o Português como segunda língua, usada especialmente no caso de visitas dos não índios.

A principal dificuldade que essa população enfrenta, está relacionada às fontes de renda que são diversificadas e esporádicas; recebem alguns recursos através da venda de artesanato, de pinhão, na época de colheita, nó de pinho e lenha (IPARDES, 2009). Essas vendas não são contínuas, e não possibilitam o complemento necessário à manutenção econômica da reserva. Atualmente, não possuem nenhuma plantação e a terra precisa ser mecanizada e tratada com insumos para poder produzir uma lavoura que gere renda à comunidade (IPARDES, 2009). A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), é o órgão do governo Federal responsável pelas políticas públicas indigenistas, principalmente voltadas à questão de terras. O atendimento à saúde é de responsabilidade

da SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena). A Educação é de responsabilidade da Secretaria Estadual da Educação, a qual coordena as escolas situadas dentro das aldeias. Há uma integralidade do poder público no atendimento às famílias Indígenas.

Analisando o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, o município do Turvo aparece na posição 355 da relação compilada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento com (IDH-M): 0,692, demonstrando a necessidade urgente de políticas que promovam o desenvolvimento do município, aliado a alternativas de renda e contribuam para a mitigação da pobreza (PNUD, 2010).

#### 4.2 O ALIMENTO GUARANI

Malinowski (*apud* PEREIRA, 1974, p. 19) enfatiza que não se pode compreender uma cultura sem que se aprenda como os alimentos são procurados, preparados e oferecidos, além de afirmar que todo alimento é considerado um “centro de reunião social”. Já Katz (2009), acredita que a alimentação de todos os indígenas é um ponto inexplorado.

O ato de comer, para os Mbyá-Guarani, vai muito além do que a simples – porém necessária – ingestão de nutrientes. A comida simboliza. Ela, além dos corpos, alimenta também os imaginários. Ao comer incorpora-se tanto aspectos nutricionais quanto simbólicos dos alimentos que são ingeridos (FISCHLER, 1995). E para os Guarani, as mulheres indígenas se destacam muito mais no aspecto simbólico e emocional, na tarefa de realizar todo o preparo do alimento até ir a mesa. Tempass (2005) diz que, as mulheres da cultura Mbyá-Guarani, eram, e ainda são, as principais responsáveis pela preparação dos alimentos, e que todas podem cozinhar, até mesmo as mais novas.

Visto que as mulheres são as responsáveis por todo o preparo do alimento, a saúde de quem come também é de responsabilidade feminina. Entretanto, mesmo que tenha grande importância nessas

atividades, são elas mesmas que suportam as proibições e regras mais severas sobre a alimentação. “Durante a iniciação, a menstruação, a gravidez e a amamentação, as possibilidades alimentares das mulheres são muito limitadas, por questões cosmológicas” (TEMPASS, 2008). Chamorro (1993) vê essa abstinência de alimentos para os meninos e homens também, sem nenhum tipo de carne:

Os rezadores nos dias antecedendo rituais, os meninos no período de iniciação e seus pais, mulheres na menarca, gestantes e seus maridos, além dos guerreiros matadores, são as categorias de pessoa que deveriam seguir dieta a base de produtos cultivados (CHAMORRO, 1993).

Para as que estão em períodos de maior atenção e necessidade, existe entre os Mbyá-Guarani uma organização chamada de “núcleo”. Um círculo de produção e consumo de alimentos ligado ao fogo doméstico, dos parentes em contato íntimo e rotineiro, englobado por uma rede de comensalidade mais ampla, em que pessoas de várias famílias extensas poderiam se unir nos momentos ocasionais de festa (Mélia et al, 1976). De acordo com Tempass (2009), o núcleo se forma por diversas famílias de casas diferentes, e sempre há o fogo no chão no meio da mata, onde todos os indivíduos presentes fazem uso, tendo uma ou várias mulheres. Meliá et al (1976) acreditam ainda, que a carne vinda da caça e o mel, eram os alimentos mais compartilhados entre as famílias reunidas. O milho (AVAXI), batata doce (JETY), mandioca (MANDIÓ), amendoim (MANDUVI) são exemplos de alimentos tradicionais da cultura indígena Guarani. A partir desses insumos, diversos pratos e bebidas podem ser preparados, como o milho que é ingrediente principal do “Mbyta” (bolo de milho ralado e cozido entre folhas de Caetê, na brasa) e também da Chicha que é oferecido como alimento forte, que forma corpo e alma fortes (TEMPASS, 2012).

Nas reuniões, o milho era oferecido na broa ou em forma de líquido fermentado. Grumberg (2002) traz que a bebida do milho, chamada de “chicha”, era considerada o alimento de verdade entre todos

os guarani. “Oferecer uma grande quantidade de chicha aos convidados era fonte de grande prestígio aos organizadores de uma festa, especialmente das mulheres” (GRUNBERG, 2002). Porém, o autor diz ainda que são poucas as pessoas que ainda tem a espécie verdadeira do milho usado para criar a chicha. Os “núcleos” conservaram-se para sempre na memória, nos costumes e na cultura desse povo.

O tabaco é um dos principais alimentos da cultura Guarani, pois acredita-se que só com ele, é possível a comunicação diretamente com as divindades durante a realização dos rituais (TEMPASS, 2012).

Tempass (2007), traz que a alimentação tradicional é considerada uma bandeira de luta dos indígenas, sendo usada para reclamar o direito de conquistar mais e melhores terras.

Possuindo a maioria das aldeias no sul e no sudeste do Brasil, os indígenas conseguem os alimentos para consumo próprio por meio da caça, da pesca, de plantações, coletas e doações do governo, com colaboração de todos os componentes da família. Contudo, por conta da baixa quantidade de terras e as condições ambientais, houve uma grande perda de matérias da cultura da terra indígena, gerando decadência de caça e de coleta, bem como redução da aquicultura. Santos (1973), relatou que ninguém teve algum tipo de preocupação em relação a alimentação, e as consequências negativas para a saúde dessas pessoas, principalmente em relação do convívio com os “brancos”. Assim sendo, surgiu a dificuldade para caçar e plantar devido a insuficiência de matas e rios, e o artesanato na maioria das vezes se tornava a única fonte de renda.

De acordo com Barth (1988), existem alguns elementos culturais desse grupo que se realçam para se comparar com fatores culturais de outros grupos, os quais são chamados de sinais diacríticos e definem a identidade étnica. Um exemplo disso, é a alimentação e a forma de obter a mesma. Schaden (1974) pressupõe que a relação das pessoas com as divindades, antigamente, davam a segurança de que sempre teriam alimento para festejar seus costumes.

Segundo Tempass (2009), Ñanderú (o deus entre os Mbya-Guarani), ao criar o mundo originou várias plantas e vários animais para que pudessem servir de alimento aos indígenas, e junto a isso, foram instituídas regras de como esses alimentos precisariam ser obtidos. Assim sendo, no momento da obtenção dos alimentos, os índios executam os ritos passados por Ñanderú para iniciar a caça, pesca e coleta. Alimentos como as sementes e o milho, passam pelo batismo em uma casa de reza previamente a serem postas na terra, e no decorrer do seu crescimento são “rezadas”, sem ter qualquer adição de agrotóxicos.

Os Mbyá-Guarani dividem os alimentos em: puros/impuros, verdadeiros/comuns, de esqueleto/da carne e do sangue, vegetais/animais, dos Mbyá-Guarani/dos “brancos”, produzidos/comprados, saudáveis/prejudiciais, remédios/venenos, saborosos/ruins (TEMPASS, 2005).

Segundo ele, o doce é indispensável na alimentação Mbyá, como por exemplo, a batata doce que é assada e adoçada com mel, e é considerada um dos melhores pratos da culinária. Ribeiro (1993), acredita que foi no século XIX que os índios guarani, em geral, conheceram o sabor do sal aguardente. Boa parte das preparações utilizadas hoje na culinária brasileira, independente de região, são advindas da alimentação e dos costumes indígenas, até mesmo o descobrimento e a forma de conseguir alguns alimentos. Isso porque os índios sabiam identificar o alimento bom para consumo. “A mandioca boa para cozinhar ou para fazer farinha, a caça adequada para comer (SALGADO, 2007)”. Ele ainda diz, que a dissemelhança entre o que é julgado comestível e o que não é, tem relação com quem vai se alimentar, a idade, o gênero e o grupo em que está inserido.

Mesmo vivendo em meio a uma reserva de recursos naturais, os Guarani da TI Marrecas não extraem daí o sustento das suas famílias. A caça e a pesca não fazem mais parte da forma usual de acesso à alimentos proteicos. Tampouco podem ser consideradas práticas culturais herdadas ao longo das gerações. Quando alguma carne de caça chega às mãos do

cacique, normalmente é devido a prática ilegal (e pega em flagrante) dos não-índios na área indígena. E assim, vez ou outra, recebem as vísceras do animal que é preparado e consumido coletivamente entre todos os que vivem ali. O cultivo alastrado de grande variedade de hortifrútis deu espaço a discretas hortas domésticas em pequenos espaços com pouca diversidade de temperos, chás ou alimentos, como mandioca, batata doce, feijão e milho verde. Normalmente, o plantio não ultrapassa a quantidade de produtos que serão consumidos pelas famílias/pessoas que fazem parte daquele núcleo familiar, que fazem as refeições juntas.

As espigas de milho, após a colheita, são separadas e algumas são guardadas para utilizar como semente para o replantio. Essas sementes nativas (ou crioulas) do milho verde, são cuidadosamente guardadas e são redistribuídas para plantio na próxima safra.

Direta ou indiretamente, todos os membros da família estão envolvidos na produção de hortifrútis. Normalmente, os homens são os responsáveis pelo preparo da terra, plantio e cultivo das sementes. As mulheres auxiliam no cultivo, no entanto, a principal contribuição feminina é na manipulação e preparo pós colheita, para o consumo. Tradicionalmente, as mães são responsáveis por ensinar às filhas “técnicas” e formas diversas de preparar os alimentos, chás e remédios naturais. Na falta da mãe, a mulher mais velha, que mantém relacionamento mais próximo, é quem ensina a mulher mais nova.

Mesmo com pouca variedade e quantidade de alimentos sendo produzidos ou adquiridos (independente da forma de acesso – compra ou doação), pode-se perceber que o compartilhamento desses alimentos é muito frequente, primeiramente com casas e membros consanguíneos, e posteriormente com a comunidade em geral.

Da colheita da erva mate, que representa a maior fonte de renda de toda TI Marrecas e maior índice de ocupação dos homens, o chimarrão e o tererê são bebidas bastante consumidas por todos durante



o dia. Para isso, a erva mate é posta para secar e defumar, depois triturada em pequenos flocos.

O consumo de frutas é bastante raro, ocorrendo somente quando recebem doações, principalmente do PMB. Na maior parte das vezes, a doação que acontece mensalmente contempla 2 ou 3 variedades de frutas como a banana, laranja e tangerina ponkan. Nestes casos, é comum que o consumo aconteça prioritariamente (quase exclusivamente) pelas crianças. A escola também oferece frutas como parte da merenda escolar, contribuindo relativamente para o aumento do consumo desse grupo alimentar.

A base da alimentação de toda aldeia é o “Reviro”, que é um prato típico Guarani muito apreciado, feito à base de farinha de trigo, azeite, sal e água revirados em uma panela no fogo. O reviro é servido em praticamente todas as refeições com café preto ou com feijão. Raras as vezes, é substituído por uma farofa de ovo com farinha de milho ou arroz com feijão.

A primeira refeição do dia é realizada entre 9 e 10 horas da manhã, quando o café passado em um coador de pano e adoçado com açúcar é acompanhado de 1 prato de reviro. Cada indivíduo se serve e procura um lugar para sentar ao chão. Em dias quentes, sentam-se na grama, embaixo das sombras onde as crianças, comumente, dividem o mesmo prato.

A partir desse primeiro desjejum, o chimarrão/tererê é preparado no decorrer do dia, até a próxima e última refeição (dos adultos) que acontece entre 15 e 17 horas, e é realizada da mesma maneira que a anterior. Nos dias posteriores à doação de alimentos, oriundos do PMB para a Comunidade, as preparações se tornam um pouco mais completas e variadas, com tubérculos, legumes e verduras. Dessa forma, outros pratos típicos como Mbyta (Milho verde ralado e cozido envolto em folhas de bananeira, na brasa) e o bolo com batata doce ralada, também fazem parte do cardápio. As crianças passam o dia todo “beliscando”, e são nesses momentos que os alimentos industrializados que chegam até a aldeia, seja por doações ou por aquisição, são consumidos. Em diversas

oportunidades que a pesquisadora acompanhou a entrega dos produtos entregues pelo PMB às famílias, observou que ao saírem da fila com os produtos doados, as crianças já começavam a comer ali mesmo vários itens, um em seguida do outro. Além da curiosidade que os industrializados suscitam nos indígenas, a facilidade de consumir o que já está pronto contribui para o aumento de alimentos embalados, processados e manipulados.

O consumo de carne não é frequente, sendo que a galinha ou frango é a fonte de maior consumo. A carne bovina está presente em 2 ou 3 refeições ao mês, dependendo do poder aquisitivo da família. Dessa maneira, a maior fonte proteica é o ovo.

O milho verde é considerado um alimento sagrado, e além de ser o ingrediente principal de grande número de preparações e receitas típicas Guarani, este alimento está presente em diversos rituais envolvendo a Opy (casa de reza Guarani) e o Pajé, que se desloca da sua aldeia original até a TI Marrecas todos os anos em Janeiro, onde permanece durante o mês para realizar os rituais, casamentos, batizados necessários na aldeia. O Kaguijy, bebida elaborada à base de grãos de milho fermentado que permanece em repouso de um dia para o outro, é servido ao Pajé pela manhã tornando - o forte e potencializando as suas conexões espirituais com Nhanderú etê (Deus Verdadeiro).

Nos dias festivos a comunidade se organiza e as mulheres preparam os pratos típicos que serão servidos e partilhados por toda comunidade. Algumas receitas levam 2 ou mais dias de preparação e todos trazem significados espirituais que estão relacionados ao que será comemorado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relatório elaborado e apresentado pela FAO em 2018 mostra, no Caribe e América Latina, o crescimento acelerado do número de pessoas com fome, em processo de desnutrição e com carências nutricionais, perfazendo um total de 39,3 milhões de indivíduos nessas situações. Por outro lado, a transição nutricional, reflexo da transformação dos padrões alimentares e estilo de vida, traz o sobrepeso e obesidade em mais 250 milhões de pessoas. Ambos os estados nutricionais caracterizam um quadro de insegurança alimentar e nutricional que vem crescendo e impactando especialmente os grupos em maior vulnerabilidade social e alimentar, como os indígenas (FAO, 2018).

O Panorama, contido nesse mesmo relatório, que se refere a SAN dos indígenas no Equador, mostra que 42% das crianças indígenas vivem com desnutrição crônica. Na Guatemala, 61% das crianças indígenas apresentaram déficit de crescimento (intrinsecamente relacionado com a carência nutricional) enquanto que 34% das crianças não indígenas, apresentaram o mesmo déficit (FAO 2018).

É notório que a qualidade de vida desses grupos populacionais, chamados “prioritários” dentro das Políticas Públicas, não tem refletido o que se propõe nas Ações e Programas implementados, de forma intersetorial. As dificuldades de acesso à aldeia, a inexistência de saneamento básico, falta de moradias adequadas, a alimentação baseada em doações e benefícios sociais, entre outras inúmeras lacunas, mantem os povos indígenas distantes da garantia dos seus direitos. Sobretudo, o direito à alimentação adequada às suas necessidades, devido a inexistência ou fragilidade na execução dos projetos.

As questões relacionadas à terra e aos sistemas de produção de alimentos e sustentabilidade, ainda são obstáculos que limitam a transformação do agroecossistema na Comunidade Guarani em Marrecas, afastando-os da capacidade de autoprodução dos alimentos. A inexistência de assessoria técnica na produção e manejo da terra,

juntamente com a “estabilidade” que a colheita e venda da erva mate proporciona financeiramente, faz com que haja um certo comodismo e procrastinação em articular formas de aumentar a produção de alimentos em quantidade e diversidade, o que contribuiria não somente com a renda familiar, como também, com a melhora do padrão alimentar dos seus habitantes.

Essa prática que articula a geração de renda, melhora do perfil alimentar e capacidade de produção, acarretaria na proximidade da soberania alimentar, caracterizada pela definição, por parte da própria comunidade, das estratégias sustentáveis de produção, consumo e distribuição de alimentos.

A alimentação de um determinado grupo, como os Guarani, sofre diversas influências que moldam um padrão alimentar baseado nas questões econômicas, práticas produtivas, organização social e cultural dos seus integrantes, envolvendo muito mais que as necessidades alimentares e nutricionais do ponto de vista fisiológico. O ponto de vista espiritual, simbólico e Cosmológico dos alimentos, diferencia o modo de “ser Guarani” do “homem branco”, levando em consideração que o alimento sagrado estabelece ao comensal uma relação próxima com as Divindades.

O perfil alimentar da comunidade pode ser dividido em dois grupos, ambos com características que sugerem a insegurança alimentar moderada, que efetivamente só poderia ser diagnosticada após a aplicação do questionário EBIA, citado anteriormente, como instrumento que mensura o nível de SAN de uma população ou comunidade. A insegurança alimentar moderada se caracteriza pela preocupação e incerteza dos responsáveis pela família em garantir o aporte de alimentos suficiente para o consumo de todos os membros. Dessa forma, priorizando o consumo “adequado” ou próximo disso, pelas crianças que ali habitam. Essa condição foi percebida claramente nas visitas de monitoramento realizadas pela pesquisadora. As crianças tem prioridade

no acesso aos alimentos, especialmente pela contribuição da merenda escolar que possibilita o consumo de diversos grupos alimentares diariamente. E também, pela doação de alimentos realizada mensalmente pelo PMB onde as frutas, pães, bolos e biscoitos são destinados ao consumo desse grupo. É importante ressaltar que tais alimentos não são suficientes para suprir as necessidades de consumo, tendo em vista que são consumidos nos primeiros dias posteriores à doação.

Os adultos sofrem maiores privações alimentares, pois realizam apenas 2 refeições com aporte calórico e nutricional maior. Ainda assim, observa-se que dentre os grupos alimentares que, em equilíbrio, compõem a alimentação saudável, somente os carboidratos são consumidos em maiores quantidades, acarretando em refeições calóricas, mas insuficientes no ponto de vista nutricional, o que também configura uma das vertentes da iSAN.

O contato com a cultura não indígena de modo constante, pode exercer grande influência nos costumes tradicionais e ainda ser responsável pela descaracterização da identidade. Neste sentido, é de fundamental importância que todas as ações (até mesmo assistenciais) e programas que tenham como objetivo final possibilitar o acesso aos alimentos para os povos tradicionais, conheçam e resgatem as práticas de produção específicas e os hábitos alimentares de cada segmento populacional, respeitando as tradições culturais com enfoque na SAN, também no ponto de vista que envolve a cosmologia do alimento. Sendo assim, observou-se uma série de modificações nos hábitos alimentares da Aldeia Guarani, na TI Marrecas, e percebeu-se também, que diversos dos alimentos considerados tradicionais pela etnia, hoje tem um consumo menor devido à dificuldades de acesso. A grande preocupação que isso reflete, é que a forma de alimentar-se acabe se tornando apenas uma forma de garantir a sobrevivência desses povos.

Para tanto, existe um longo caminho a ser percorrido pela elaboração de Políticas que executem Programas e Ações empenhados em resgatar direitos que foram retirados historicamente dessas populações e,

que não os façam depender de benefícios sociais para garantir de sobrevivência. São exemplos a garantia ao território que possibilite o manejo da terra, com solo produtivo para manutenção das suas práticas culturais, autonomia e suporte nas práticas educacionais e religiosas dos seus grupos, oferta de salários dignos, inclusão efetiva nos sistemas de produção e comercialização de alimentos, entre outros que possibilitem a transformação, de modo sustentável e permanente, das práticas adotadas atualmente.

Diante desse contexto, a SAN dos povos indígenas, sobretudo do grupo observado nesta pesquisa, depende da compreensão das peculiaridades culturais e modo de organização social a que pertencem, e a que atualmente estão inseridos. Para, posteriormente, fomentar ações que acarretem, nos diversos setores (saúde, habitação, educação e economia), melhores condições de vida e independência dos programas assistencialistas, com base nos direitos humanos e soberania alimentar.

Como reflexo desse novo cenário, ocorre a redução dos desequilíbrios nutricionais e a transição do padrão alimentar vivenciado atualmente, responsáveis pelo aumento de doenças e mortes relacionadas às doenças crônicas não transmissíveis.

Este estudo observacional das formas de acesso aos alimentos, e garantia de SAN por parte dos indígenas que vivem na TI Marrecas, percebe como insuficiente e inadequada a configuração atual da alimentação na Aldeia Guarani, com base na incerteza da provisão de alimentos, quantidade insuficiente e variedade mínima de alimentos produzidos pela comunidade, falta de recursos financeiros suficientes para aquisição complementar e inexistência de recebimento sistemático e frequente de cestas básicas/ gêneros alimentícios que garantam o sustento de todos os membros familiares. Dessa forma, existe a real necessidade de repensar as ações desenvolvidas nesse sentido, priorizando, como já foi discutido aqui, ações que promovam a independência dos benefícios sociais e a sustentabilidade nessa, e nas gerações futuras. Além de maior

ênfoque quanto às necessidades de compreensão e entendimento pertinentes às Comunidades Tradicionais, capacitando as equipes técnicas atuantes nesses locais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.S. **Acordo sobre a aplicação de medidas sanitárias e fitossanitárias: balanço de uma década buscando o equilíbrio entre a proteção do comércio e a proteção dos consumidores.** Santiago: Divisão de Comércio Internacional e Integração. Cepal; 2005.

AMIM, M.M.; BENTES, E. dos S. **Insegurança alimentar no mundo: tendência e perspectivas.** Disponível em «<http://www.sober.org.br/palestra/12/06o586.pdf>» Acesso em: 12 set. 2016.

ANAIS. **Seminário Nacional Mesa Brasil Sesc. Segurança Alimentar e Nutricional: desafios e estratégias.** Rio de Janeiro: Serviço Social do Comércio, 2010.

BELIK, W. A crise dos Alimentos e os agravantes para a fome mundial. **Mundo Agrário**, v.14, n.27, dic. 2013.

\_\_\_\_\_. As várias dimensões da Fome. **Jornal da Unicamp**. 12 a 25 jun. 2006.

\_\_\_\_\_. Desafios para uma política de segurança alimentar e nutricional integrada. **Anais Seminário Nacional Mesa Brasil SESC: Segurança Alimentar e Nutricional: Desafios e Estratégias.** 1.ed. Rio de Janeiro: Serviço Social do Comércio, 2010.

\_\_\_\_\_. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**. v.12, n.1,p. 12-20, jan-jun 2003.

BELIK, Walter; SILVA, José G. da; TAKAGI, Maya. Políticas de Combate Fome. São Paulo: Perspectiva. v. 15. n. 4, 2001, p. 119-129.

BONAMIGO, Zélia Maria. A Economia dos Mbyá-Guaranis: Trocas entre Homens e entre Deuses e Homens na Ilha da Cotinga em Paranaguá-PR. 2006. 165 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - PPGAS/Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, [2006].

BORTOLOTTI, Mônica Aparecida. O papel da assistência técnica e extensão rural na evolução dos agroecossistemas familiares, fundamentados por práticas agroecológicas na microrregião de Pato Branco-PR. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica



Federal do Paraná. Disponível em: <[http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1121/1/PB\\_PPGDR\\_M\\_Bortolotti\\_Monica\\_Aparecida\\_2014.pdf](http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1121/1/PB_PPGDR_M_Bortolotti_Monica_Aparecida_2014.pdf)>. Último acesso em: 31/08/2018, às 22:50.

BURITY, V. et al. [Orgs,].O Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. - Brasília, DF:, 2010.204 p.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Relatório de avaliação de Programa: Programa Banco de Alimentos/Tribunal de Contas da União; Ministro-Relator Ubiratan Aguiar. – Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: obesidade/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Direito à alimentação adequada. – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Diário Oficial da União, Brasília, 5 fev. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm)>.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 SET. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm)>.

BRASIL. IBASE – Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômica. Situação Alimentar no Mundo. 2001. Disponível em: <<http://www.ibase.org.br>. Acesso em 1 de set.2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. Segurança Alimentar. 2004. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Brasil sem miséria/Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patrícia Vieira da Costa. Brasília: MDS, 2014. BRASIL. Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. Publicações. Consea, 2011b. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes>. Acesso em: 28 agosto 2018.

BRASIL. Primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Brasília: Conselho Nacional de Segurança Alimentar; 1994.

BRASIL. Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional (LOSAN). Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm). Acesso em: 22 set. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa de Orçamentos Familiares, 2008-2009. Antropometria e Estados Nutricional de Crianças, Adolescentes e Adultos no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE; 2010.

BRASIL, A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação no Brasil - Documento elaborado para a visita ao Brasil do Relator Especial da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas sobre Direito à Alimentação. Brasília, março de 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Vigitel Brasil 2014 Saúde Suplementar : vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico / Ministério da Saúde, Agência Nacional de Saúde Suplementar. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Pesquisa Nacional de Demografia da saúde da criança e da mulher – PNPS 2006: dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança - Ministério da Saúde. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Relatório Nacional Brasileiro – Cúpula Mundial da Alimentação. Brasília (DF), Ministério das Relações Exteriores, 1996, 66 p.

BRASIL Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Obesidade / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília : Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 SET. 2006. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm)>.

BRASIL. Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. Publicações. Consea, 2011b. Disponível em:  
<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes>>. Acesso em: 28 agosto 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Diário Oficial da União, Brasília, 5 fev. 2010. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm)>.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 17.447, 2012. Institui a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PEATER-PR) e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PROATER-PR). Diário Oficial, Brasília, DF, 27 dez. 2012. Disponível em: <  
<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=131670&codTipoAto=&tipoVisualizacao=alterado>>. Último acesso em: 31/08/2018, às 21:19.

BRASIL. Casa Civil. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SAF. ATER Indígena. Diário Oficial, Brasília, DF, 11. Jan. 2010. Disponível em:  
<<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-projetosespeciais/ater-ind%C3%ADgena>>. Último acesso em: 18/08/2018, às 23:28.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 38, de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial,

Brasília, DF, 16 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>>. Último aceso em: 31/08/2018, às 21:38.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Ações de distribuição de alimentos a Grupos Populacionais Específicos. Brasília, DF, 26 dez. 2017. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/estas-de-alimentos>>. Último acesso em: 18/08/2018, às 19h.

BRASIL. Casa Civil. Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Lei n° 11.947 de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm)>. Último acesso em: 31/08/2018, às 18:15

BRASIL. Casa Civil. Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE Alimentação Escolar Indígena. FNDE. Fortaleza: 12. agos. 2014. Disponível em: <[file:///C:/Users/Fernanda/Downloads/pnae\\_encontro-tecnico\\_fortaleza-ce-2014\\_alimentacao-escolar-indigena.pdf](file:///C:/Users/Fernanda/Downloads/pnae_encontro-tecnico_fortaleza-ce-2014_alimentacao-escolar-indigena.pdf)>. Último acesso em: 31/08/2018, às 22:29.

BREDA, Tadeu. Guaranis resistem a preconceito enquanto exigem demarcações no Paraná. Rede Brasil Atual, 11 jul.2014. Cidadania. Disponível em <http://www.redebrasilatual.com.br>, acessado em agosto de 2018.

BURITY, Valéria et al. Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília: ABRAND, 2010.

BORGES, Michelle da Silva et al. Segurança Alimentar e Nutricional: Aspectos Econômicos Relacionados ao Codex Alimentarius. 1 ed. Rio de Janeiro:Rubio, 2016.

Brown RE and JL Kuk e Kuk JL Consequências da obesidade e perda de peso: Posição de advogado do diabo. *Obes Rev* . 2015 Jan; *Obes Rev*. 2015. 16(1): 77–87. 16 (1): 77-87. Published online 2014 Nov 19. doi: 10.1111/obr.12232 PMID: PMC4312481.

CAMPI, MARIA APARECIDA [ET AL.]. Segurança Alimentar: Conceito, Parâmetros e História. Congresso Internacional Interdisciplinar em

Sociais e Humanidades. Niterói RJ: Aninter-SH/PPGSD-UFF, 03 a 06 de setembro de 2012.

CAISAN 2016. Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Guarapuava. Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional 2016/2020.

CASTRO, Josué de. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CTI. Centro de Trabalho Indigenista. Disponível em: <http://www.trabalhoindigenista.or.br> . Acesso em: 02 agosto. 2018.

CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo Contribuições do Comércio de bens, serviços e turismo para o Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 / Confederação Nacional do Comércio.

COIMBRA Jr., C. E. A. & SANTOS, R. V., 1991 . Avaliação do estado nutricional num contexto de mudanças socioeconômicas: O grupo indígena Suruí do Estado de Rondônia, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, 7:538-562.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. Termo de Recebimento e Aceitabilidade: Cooperativas AAFCARL, APRI E MONJOLO. Referentes entregas do mês de Agosto 2016.

CONDE, Wolney Lisboa et al. Transição Nutricional. Segurança Alimentar e Nutricional. Ied. Rio de Janeiro: Rubio, 2016.

CONSEA. Comida de verdade no campo e na cidade. 5º Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2015. Disponível em <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/5a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso 06 de set .2018.

CONSEA. CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR. Secretaria Executiva Nacional de Ação da Cidadania. I Conferência Nacional de Segurança Alimentar/Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Secretaria Executiva Nacional da Ação da Cidadania. Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida. Brasília, 1995 201p. il 1º Política econômica – Alimentação Brasil 2º fome.

CONSEA. A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil. Indicadores e Monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais 2010.

CONSEA. Carta Política da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias> > Acesso em 30/10/2016.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A segurança alimentar e nutricional e o Direito à Alimentação Adequada no Brasil. Indicadores e Monitoramento, da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília, D.F., 2010.

CONSEA. Seminário Pesquisa em SAN: relatório final/Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA – Brasília: Presidente da República, 2014.

CONSEA. Comida de verdade no campo e na cidade. 5º Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2015. Disponível em <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/5a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso 06 de set .2018.

COSTA, Christiane Gasparini Araújo. Segurança Alimentar e Nutricional: significações e apropriações. São Paulo: Annablume, 2011.

DÂMASO, Ana Raimunda et al. Sobrepeso e Obesidade. Segurança Alimentar e Nutricional. Ied. Rio de Janeiro: Rubio, 2016.

DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DEMO, Pedro. Participação é conquista. SP: Cortez, Editora, 2009.

ESCODA, M.S.Q. Para a crítica da transição nutricional *Ciência & Saúde Coletiva*, 7(2): 219-226, 2002.

ETHOS. Instituto. O compromisso das Empresas com o combate ao desperdício de alimentos. Banco de Alimentos, Colheita Urbana e outras ações. São Paulo, 2005.

FAO, IFAD and WFP. 2015, The State of Food Insecurity in the World 2015. Meeting the 2015 international hunger targets: taking stock of uneven progress. Rome, FAO.

FAO 2014. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. O Estado da Insegurança Alimentar Mundo. 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4037o.pdf>. Acesso em 10 de set. de 2018.

FAO 2010. Food and Agriculture Organization (FAO). The state of Food Insecurity in the World addressing food insecurity in protracted crises. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Rome: FAO;2010. Disponível em :<http://www.fao.org/docrep/013/i1683e/i1683e.pdf>. Acesso em 26 de set. de 2018.

FAO 2013. Direito à alimentação e segurança alimentar e nutricional nos países da CPLP. Diagnóstico de Base. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Roma, 2013.

FÁVARO, Thatiana et al. Segurança alimentar em famílias indígenas Teréna, Mato Grosso do Sul, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 785-793, abr.

FELIPIM, Adriana P. O sistema agrícola guarani mbyá e seus cultivares de milho: um estudo de caso na aldeia Guarani da Ilha do Cardoso, município de Cananéia, SP. 2001. 135 f. Dissertação. (Mestrado em Ciências) - Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz, Universidade de São Paulo, [2001]. Disponível em: [http://www.trabalhoindigenista.org.br/Docs/guarani\\_milho.pdf](http://www.trabalhoindigenista.org.br/Docs/guarani_milho.pdf) . Acesso em: 28 Jul. 2018.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. Disponível em: <http://www.funai.gov.br> . Acesso em : 08 agos. 2018.

GRACIA ARNÁIZ, Mabel. Em direção a uma Nova Ordem Alimentar? In: CANESQUI, Ana Maria. Antropologia e nutrição: um diálogo possível. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. p. 147-166.

HECK, E. e PREZIA, B. (1999). Povos indígenas: terra é vida. SP: Editora Atual (5ª edição)

HECKLER, Jacimara M. Sementes e saberes: trocas e aprendizados com a cultura Guarani e agroecologia. 2006. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, UFRGS, [2006].

HIRAI ,W.G & Anjos,F.S. Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil. Revista Textos & Contextos Porto Alegre v.6 n.2 p.335-353. Jul./dez, 2007.

IBGE 2014. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios : segurança alimentar 2013. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2014.

IBGE, 2015. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades. Brasília. 2015. Disponível em:<  
<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=410940&idtema=16&search=parana|guarapuava|síntese-das-informacoes>> Acesso em 01/10/2017.

IBGE 2004. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Análise da disponibilidade domiciliar de alimentos e do estado nutricional no Brasil: pesquisa de orçamentos familiares 2002-2003. Rio de Janeiro, 2004.

INAN (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição),1990. Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição, PNSN, 1989 – Arquivo de Dados da Pesquisa. Brasília: INAN/Ministério da Saúde.

INESC 1995 - MAPA DA FOME ENTRE OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL (II). CONTRIBUIÇÃO À FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR SUSTENTÁVEIS. PROJETO ESTUDO SOBRE TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL. Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (INESC). Rio de Janeiro: Museu Nacional – Associação Nacional de Apoio ao Índio/Bahia. 1995. 79p. Anexos

IPARDES, 2016. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Caderno Estatístico – Município de Guarapuava. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85000>. Acesso em 01/10/2017.

Instituto de Métrica e Avaliação em Saúde. Estudo de Carga de Doença Global: gerando evidências, informando políticas de saúde. Seattle, WA: IHME, 2013.

IPEA/SEDH/MRE. A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à alimentação no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Brasília, 2002.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Segurança Alimentar 2004, Rio de Janeiro 2006. Disponível em:  
[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/supl\\_alimentar2004.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/supl_alimentar2004.pdf).



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Suplemento de Segurança Alimentar. Rio de Janeiro: IBGE; 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Pesquisa de Orçamentos Familiares - Antropometria e Estado Nutricional de Crianças, Adolescentes e Adultos no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE; 2010.

Instituto de Estudos Socioeconômicos/Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Mapa da fome entre os povos indígenas no Brasil (II): contribuição à formulação de políticas de segurança alimentar sustentáveis. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos; 1995.

JUDT, TONY. Pós Guerra – História da Europa desde 1945. Ed. Portuguesa em língua portuguesa mediada pela Agência literária Eulama, Roma 2005. Rio de Janeiro 2014.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. Ciência & Saúde Coletiva, n.16, v.1, p. 187-199, 2011.

KUHN, T. S. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LADEIRA, Maria Inês. Os índios guarani/mbya e o complexo lagunar estuarino de Iguape – Paranaguá. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 1994.

\_\_\_\_\_. Espaço geográfico Guarani-Mbyá: significado, constituição e uso. 2001. 236 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – PPGGH, USP, [2001].

\_\_\_\_\_. O caminhar sob a luz: território mbyá à beira do oceano. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

LEÃO, Marília; MALUF, Renato A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira. Brasília: Abrandh, 2012.

LEFF, E. Epistemologia Ambiental. 5. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

MACEDO, Dione Chaves de et al. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil. Revista simbio-logias, v.12, n.1, 2009.

LITAIFF, Aldo. As Divinas Palavras: identidade étnica dos Guarani-Mbyá. Florianópolis: UFSC, 1996

LITAIFF, Aldo; DARELLA, Maria D. P. Os índios guarani mbyá e o parque estadual da serra do tabuleiro. Reunião Brasileira de Antropologia, 22, 2000, Brasília: ABA, 2000.

LITTLE, Paul. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da Territorialidade. In: Série Antropologia, nº 322. Brasília: UNB, 2002.

MALETTA, Hector. Food security: a conceptual history. Documento de discusión. Universidad del Pacífico: Lima, 2007.

MALUF, Renato S. Jamil. Segurança Alimentar e Nutricional. Petrópolis. RJ : Vozes, 2007.

MALUF, Renato S.. O novo contexto internacional do abastecimento e da segurança alimentar. In: MALUF, Renato S. Segurança Alimentar e Nutricional. 3ª ed. RJ: Vozes, 2011.

MALUF, RENATO. Insegurança Alimentar no contexto brasileiro. Anais Seminário Nacional Mesa Brasil SESC: Segurança Alimentar e Nutricional: Desafios e Estratégias. 1.ed. Rio de Janeiro: Serviço Social do Comércio, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO(MDSA). Bolsa Família .2016. Disponível em <http://mds.gov.br/noticias/2016/setembro/bolsafamilia>. Acesso em: 20/05/2018.

MONTEIRO, CARLOS AUGUSTO. O novo cenário da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil: implicações para políticas públicas. Anais Seminário Nacional Mesa Brasil SESC: Segurança Alimentar e Nutricional: Desafios e Estratégias. 1.ed. Rio de Janeiro: Serviço Social do Comércio, 2010.

MONTEIRO, Carlos; BENÍCIO, Maria Helena; KONNO, Silvia; SILVA, Ana Carolina; LIMA, Ana Lúcia; CONDE, Wolney. Causas do declínio da desnutrição infantil no Brasil, 1996-2007. Revista de Saúde Pública, 2009.

MORIN, Edgar. Educação e complexidade, os sete saberes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 2005.

MOTA, Lucio Tadeu . As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769 - 1934). 1ª. ed. Maringá: EDUEM, 1994. v.100. 275 p.

NUNES, Mérces da Silva. O Direito fundamental á alimentação: e o princípio da segurança – Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

NEDER, Henrique et al. Acesso à Renda e Inflação de Preços de alimentos no Brasil: análise dos efeitos do programa Bolsa Família. Rev. Econ. Sociol. Rural vol.53 no.1 Brasília Jan./Mar. 2015.

Organização Mundial de Saúde (2000). Technical report series 894: Obesity: Preventing and managing the global epidemic. (PDF) (Genebra [s.n.]). ISBN 92-4-120894-5.

OECD (2014) Obesity Health Statistics 2014, forthcoming, [www.oecd.org/health/healthdata](http://www.oecd.org/health/healthdata). Disponível em <http://www.oecd.org/health/Obesity-Update-2014.pdf>

PASQUINI, Thaísa Alvim Sousa et al. Desnutrição Proteico-Energética. Segurança Alimentar e Nutricional. 1ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2016.

PINTO, João N. Manual sobre Segurança Alimentar e Nutricional I. Programa de Formação Inicial para ANEs; II. Programa de Formação Avançada para ANEs.. UE-PAANE– Programa de Apoio aos Actores Não Estatais “Nô Pintcha Pa Dizinvovimentu”.Coimbra 2013.

PNUD. Síntese Relatório do Desenvolvimento Humano – O trabalho como motor do desenvolvimento humano. Publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD 2015

PORTAL KAIGANG. Os Kaigang. Disponível em: [http://www.portalkaingang.org/index\\_povo\\_1.htm](http://www.portalkaingang.org/index_povo_1.htm) Acesso em: 15/07/2018

RIBAS, M. T.O; AZEVEDO,E. Estamos Seguros? Reflexões sobre indicadores de avaliação da segurança alimentar e Nutricional. Rev. Nut.,Campinas,29(2):241-251,mar/abril.,2016.

ROCHA, C. BURLANDY, L. MAGALHÃES R. Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas. Rio de Janeiro: Ed. Fio Cruz. 2015.

RODRIGUEZ, MARIA ELENA. [Orgs.] Relatorias Nacionais em Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – Informe 2006 – Rio de Janeiro: Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, 2007. Disponível no site [www.dhescbrasil.org.br](http://www.dhescbrasil.org.br)

SAGI 2016. <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php#>. Acesso em 12 de set. de 2018.

SANTOS, L.M. P et al. Políticas e Programas de Segurança Alimentar e Nutricional no País. 1 ed, Rio de Janeiro: Rubio, 2016.

SEGALL-CORRÊA, A. M. et al. Transferência de renda e segurança alimentar no Brasil: análise dos dados nacionais. Rev Nutr Campinas, v. 21 (suplemento), p 39-51, julho/agosto, 2008.

SENAC. Departamento Regional do Paraná. Sistema Fecomércio Paraná – A história, organização e responsabilidades / Sesc-PR; Senac- PR; Fecomércio-PR. – Curitiba: DITEC-CET,2012.

SESC. Mesa Brasil Sesc  
[http://www.sesc.com.br/portal/sesc/o\\_sesc/nossa\\_historia/](http://www.sesc.com.br/portal/sesc/o_sesc/nossa_historia/). Acesso 31 de agos.2016

SESC. Serviço Social do Comércio. Divisão de Saúde e Ação Social. Gerência de Saúde. Manual de Boas Práticas Administrativas do Programa Mesa Brasil Sesc – Paraná. 1º Ed. Outubro 2014.

SESC. Mesa Brasil Sesc  
[.http://www.sescpr.com.br/acao-social/mesa-brasil/](http://www.sescpr.com.br/acao-social/mesa-brasil/). Acesso 01 de set.2016.

SESC. Serviço Social do Comércio. Divisão de Saúde e Ação Social. Gerência de Saúde. Manual de Boas Práticas Administrativas do Programa Mesa Brasil Sesc – Paraná. 1º Ed. Outubro 2014.

SESC. Administração Regional no Estado do Paraná. Relatório de Gestão 2012. Administração Regional no Estado do Paraná. Curitiba: Sesc PR. 2012.

SILVA, Cassiano Oliveira et al. Segurança Alimentar e nutricional. 1.ed. Rio de Janeiro: Rubio,2016.

SILVA DO, GUERRERO AFH, TOLEDO LM . A rede de causalidade da insegurança alimentar e nutricional de comunidades quilombolas com a construção da rodovia BR163, Pará, Brasil. Revista de Nutrição v. 21, p. 83-98, 2008.

SILVA, ROP. Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: um pouco de sua história. Análise e indicadores de agronegócio, v. 11, n. 5, 2016. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/AIA/AIA-33-2016.pdf>>. Último acesso em: 30/08/2018, às 19hrs e 17min.

SOARES, LETICIA RAMOS. [ET AL.]. A transição da desnutrição para a obesidade. Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research – BJSCR.

Vol.5,n.1.,pp.64-68(Dez 2013-Fev2014). Disponível em <http://www.mastereditora.com.br/bjscr>

SOARES, Leticia Ramos et al. A transição da desnutrição para a obesidade Vol.5,n.1.,pp.64-68 (Dez 2013 – Fev 2014) Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research – BJSC

SOFI, RELATÓRIO 2014. O Estado de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Um retrato multidimensional. Brasília. Agosto 2014.

SOUZA, Elton Bicalho de. Transição nutricional no Brasil: análise dos principais fatores Nutritional transition in Brazil: Analysis of the main factors. Cadernos UNIFOA, edição nº 13, agosto/2010

TEMPASS, Mártin César. Orerémbiú: a relação das práticas alimentares e seus significados com a identidade étnica e a cosmologia Mbyá-Guarani. 2005. 156 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), PPGAS, UFRGS, [2005]. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000511444&loc=2006&l=3519e0d5be28fde3> . Acesso em: 15 agos. 2018.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. Segurança Alimentar e nutricional: transformando natureza em gente. In: Direito à alimentação: desafios e conquistas. São Paulo; Cortez; 2002.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. A evolução, conceito e o quadro da segurança alimentar dos anos 90 no mundo e no Brasil. 1995 Disponível em: <[www.sept.pr.gov.br/conselhos/consea/artigos](http://www.sept.pr.gov.br/conselhos/consea/artigos)>. Acesso em: 21 set. 2018.

VALENTE, Flavio Luiz Schieck. “A política de insegurança alimentar e nutricional no Brasil de 1995 a 2002.” 2004. Disponível em: [www.fomezero.gov.br/download/pol\\_inseg\\_alimentar\\_Flavio\\_Valente.pdf](http://www.fomezero.gov.br/download/pol_inseg_alimentar_Flavio_Valente.pdf)

VALENTE, F.L.S. **Direito humano à alimentação: desafios e conquistas.** São Paulo: Cortez, 2002.

VALENTE, F.F.; BURITY, T. V. **A exigibilidade ao direito humano à alimentação adequada.** Brasília: ABRAND; FAO, 2007.

VALENTE, F.L. S. Do combate à fome à segurança alimentar e nutricional: o direito à alimentação adequada. **Revista de Nutrição da Puccamp**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 20-36, 1997.

VALENTE, F.L.S. *et al.* Módulo I: Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada. In: ABRANDH - Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos humanos. Curso de Formação em direito Humano à Alimentação Adequada No Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional. Curitiba: ABRANDH, 2007.

VERDUM, R., ARAÚJO, A.L.O. (orgs.) **Experiências de assistência técnica e extensão rural junto aos povos indígenas: o desafio da interculturalidade.** Brasília: NEAD, 2010.

VIAN, C.E. et al. Segurança Alimentar: Evolução Conceitual e Ação das Políticas Públicas na América Latina. **XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.** Londrina, 22 a 25 de julho de 2007.

World Health Organization (WHO). **Obesity: Preventing and Managing the Global Epidemic.** Geneva: WHO; 2000.(obesity technical report series).

YAZBEK, M.C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serv. Social. Soc.,** São Paulo, n.110, p.288-322, abr/jun. 2012.

WAIBEL, L. Princípios da colonização europeia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia,** Rio de Janeiro, n. 2, ano XI, p. 159-222, abr/jun. 1949.

**ANEXO A – Controle quantitativo de pessoas atendidas por família (Sesc)**

<b>CONTROLE QUANTITATIVO DE PESSOAS ATENDIDAS POR FAMÍLIA</b>			
<b>ENTIDADE: COMUNIDADE INDIGENA MARRECCAS- GUARANI</b>			
<b>Nº DE FAMÍLIAS: 18 FAMÍLIAS – 69 PESSOAS</b>			
<b>DATA DE ATUALIZAÇÃO: 18/06/2019</b>			
	<b>NOME RESPONSÁVEL FAMILIAR</b>	<b>RG</b>	<b>Nº PESSOAS</b>
1	ALICE GARAGTANH FELIPE	9.207.165-0	4
2	ETIENE MUFEJ CANDIDO	13.276.334-8	2
3	INDIAMARA MINDUA PIRES DE LIMA	13.065.992-6	3
4	LAURI PIRES DE LIMA	5.521.197-6	3
5	MARCIA AP. GAVYNGRE F. LOURENÇO	10.758.908-2	5
6	MARIA JAXUKA PIRES DE LIMA	5.575.073-4	2
7	MARIZA YVA SOARES	13.066.022-3	3
8	NATALIA MACHADO	8.233.716-4	3
9	OLINDA PIRES DE LIMA	8.233.715-6	5
10	PAULINA PARAKATU VOGADO	14.469.813-04	8
11	ROSANGELA DA SILVA CANDIDO	11.025.127-0	4
12	ROSENI TAKUA MIRI MARTINES	10.123.140-2	4
13	SEBASTIANA KREXU PALÁCIO	8.407.927-8	6
14	SENHORINHA CASTRO DE SOUZA	9.213.226-9	2
15	SILMARA YUA PIRES DE LIMA	13.066.014-2	5
16	SUSANA DOS SANTOS	903.448.312	3
17	SUZANA DE QUADROS	10.819.955-5	3
18	TIAGO KARAI BOLANTIN	13.147..953-0	4

## ANEXO B – Formulário de monitoramento de instituições sociais

SESC – DEPARTAMENTO REGIONAL  
DARANA



Formulário - Monitoramento de Instituições Sociais



Instituição SOCIAL		
CIDADE		
DATA		
TÉCNICO		
<b>1. DOCUMENTAÇÃO EXISTENTE</b>		
<input type="checkbox"/>	CNPJ	
<input type="checkbox"/>	Ata Autorizada	
<input type="checkbox"/>	Estatuto	
<input type="checkbox"/>	Licença Sanitária	
<input type="checkbox"/>	Cadastro das pessoas atendidas	
<input type="checkbox"/>	Registro em Conselho - Qual?:	
<b>2. RELAÇÃO COM O PROXIMA MÊS BRASILEIRO</b>		
Modalidade de atendimento: <input type="checkbox"/> Sistemática <input type="checkbox"/> Eventual		
Tem recebido alimentos de boa qualidade? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não - Se não, justificar: _____		
A quantidade dos produtos recebidos pode ser classificada como: <input type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim		
Após o início das doações, como pode ser avaliada a qualidade da alimentação: <input type="checkbox"/> Melhorou muito <input type="checkbox"/> Melhorou <input type="checkbox"/> Não houve mudança <input type="checkbox"/> Piorou		
Já realizou o aproveitamento integral e o reaproveitamento dos alimentos antes do PMB? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não - Descreva: _____		
Quais profissionais estão disponíveis para participação em ações educativas? _____		
Este profissional multiplica e contorna o conteúdo abordado nas ações educativas? <input type="checkbox"/> Não - Orientar para que haja o compartilhamento <input type="checkbox"/> Sim - De que forma? _____		
<b>3. DIMENSÃO SOCIOPOLÍTICA</b>		
<b>3.1. Manter relacionamento com diversos segmentos da comunidade local?</b>		
<b>PONTUAÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
0	Não possui.	
1,25	Mantém relacionamento com as famílias atendidas.	
1,25	Mantém relacionamento com Instituições Sociais da região.	
1,25	Mantém relacionamento com Órgãos governamentais.	
1,25	Mantém relacionamento com Empresas/Órgãos de Comunicação.	
Item	<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>	
3.1	5	
<b>3.2. A Instituição Social possui Projeto documentado?</b>		
<b>PONTUAÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
0	Não possui.	
3	Possui apenas o detalhamento do Projeto Social	
4	Possui apenas o detalhamento do Projeto Pedagógico	
5	Possui ambos	
Item	<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>	
3.2	5	
<b>3.3. A Instituição Social mobiliza Voluntários?</b>		
<b>PONTUAÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
0	Não mobiliza Voluntários e não tem interesse.	
3	Não mobiliza Voluntários mas tem interesse.	
4	Mobiliza voluntários e não tem interesse em mais pessoas.	
5	Mobiliza voluntários e tem interesse em mais pessoas.	
Item	<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>	
3.3	5	
<b>3.4. A Instituição Social possui projeto com especificações para o trabalho voluntário?</b>		
<b>PONTUAÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
0	Não	
5	Sim	
Item	<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>	
3.4	5	
<b>3.5. A Instituição Social possui infraestrutura compatível com o serviço de fornecimento de refeições?</b>		
<b>PONTUAÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
0	Não	
5	Sim	
Item	<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>	
3.5	5	







## ANEXO D – Autorização para pesquisa interna (Sesc)



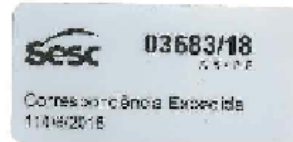
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL

Curitiba, 11 de junho de 2018.

Ilustríssima Senhora

**Larissa Buhner Karam**

Nutricionista do Programa Mesa Brasil – Unidade SESC Guarapuava  
Guarapuava/PR



Prezada Senhora,

Em atenção à sua correspondência, e mediante parecer favorável da Área Técnica e da Divisão de Recursos Humanos do SESC/PR, fica autorizada a elaboração de pesquisa em documentos internos pertencentes ao **Acervo Cultural e Bibliográfico do Programa Mesa Brasil**, Unidade Guarapuava, por V.S.<sup>a</sup>, objetivando a realização da **dissertação de tese de Mestrado em Desenvolvimento Comunitário**, na instituição de ensino UNICENTRO.


Consideramos que o trabalho em desenvolvimento irá contribuir com apoio as atividades do Programa Mesa Brasil, sendo relevante para fomentar a profissional através da observação da prática da profissão, em seu ambiente de atuação, propiciando oportunidades de incremento e melhoria contínua de processos da Instituição.

Entretanto, esclarecemos que o SESC/PR se reserva ao direito de apreciar as produções, aprovando ou sugerindo alterações que julgar necessárias, principalmente quando relacionados à filosofia e ao desenvolvimento de ações desta Entidade.

Por o exposto e, atendendo normativo interno, solicitamos que ao final do trabalho, seja fornecida uma cópia do mesmo para arquivo nesta Instituição.

Ao ensino, desejamos boa sorte no desenvolvimento e renovamos nosso apreço.

Atenciosamente

  
**Emerson Sextos**  
Diretor Regional